



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010

No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira vigente, Lojas Americanas S.A. apresenta, a seguir, o Relatório da Administração com os resultados financeiros e operacionais da Controladora e Consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Neste relatório apresentamos também, as informações referentes às empresas controladas **B2W – Companhia Global do Varejo**, que oferece produtos e serviços via internet, televisão, telefone, catálogos e quiosques, e **FAI – Financeira Americanas Itáu**, que oferece produtos financeiros. Lojas Americanas detêm 56,6% e 50% do capital da B2W e da FAI, respectivamente.

As ações das Lojas Americanas e da B2W estão listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA) sob os códigos LAME4 (preferenciais) e LAME3 (ordinárias), e BTOW3, respectivamente. Vale mencionar que a B2W possui apenas ações ordinárias e faz parte do Novo Mercado, o mais alto padrão de governança corporativa do Brasil.

1. VISÃO GERAL DA COMPANHIA

Estrutura de “Varejo Multicanal”

Lojas Americanas atua com uma estrutura de atendimento multicanal. Além da rede de lojas físicas, a Companhia chega a seus clientes com um amplo sortimento de produtos e serviços, comercializados via internet, televisão, televidas, catálogos e quiosques.



Lojas Americanas S.A.

Lojas Americanas foi fundada em 1929, em Niterói (RJ), e está presente em todas as regiões do país (23 estados mais o Distrito Federal), com 541 lojas – 329 no formato Tradicional e 212 no formato Express – equivalentes a 564 mil metros quadrados de área de vendas.

As lojas tradicionais possuem área média de vendas de 1.500 metros quadrados, reposição diária de estoques e aproximadamente 60 mil itens. O modelo Express segue o conceito de lojas menores, com área média de vendas de 400 metros quadrados, logística *just-in-time* e sortimento selecionado em torno de 15 mil itens, adequados às características de cada localidade e ao perfil dos clientes dessas lojas.

A empresa garante a seus clientes preços competitivos em relação à concorrência e oferece produtos de qualidade reunidos nos Mundos Lar, Lazer, Beleza, Infantil, Confeção e Alimentos de Conveniência.

A Lojas Americanas conta ainda com três Centros de Distribuição localizados em São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Recife/PE.

Mapa de Distribuição de Lojas Americanas (31/12/2010)



B2W – Companhia Global do Varejo

A B2W é a empresa líder do comércio eletrônico no Brasil, e atua através de sua estrutura multicanal de internet, televidas, televisão, catálogos e quiosques.

A B2W é detentora das marcas Americanas.com, Submarino, Shoptime e Blockbuster Online, marca que teve a sua licença de uso adquirida em 2007 pela Companhia para operação na internet no Brasil.

A Companhia conta também com três subsidiárias: B2W Viagens, Ingresso.com e Submarino Finance.



Americanas.com

A Americanas.com (www.americanas.com.br), completou no ano de 2010, 11 anos de existência. O site oferece 37 categorias de produtos via internet, televidas e por meio de mais de 500 quiosques instalados nas Lojas Americanas com acesso ao site, disponibilizando aos clientes mais de 500 mil itens diferentes entre informática, eletrodomésticos, eletrônicos, celulares, brinquedos, móveis, utilidades domésticas, DVDs, livros entre outros. No segundo semestre de 2010 foi lançado o novo site da Americanas.com. Em uma plataforma mais ágil e flexível, com novas funcionalidades e um sistema de busca muito mais assertivo. O novo site possui imagens mais claras, serviços mais rápidos, e novas funcionalidades como o “super zoom”, que permite a visualização das imagens com uma resolução até 6x maior, e o botão de “mais detalhes”, onde o cliente acessa todas as informações do produto sem precisar mudar de páginas durante a sua navegação.

No início de 2011 foi lançada a ferramenta “Caixa Expresso”, assim, a forma mais rápida de comprar na internet, agora está disponível no maior site de comércio eletrônico do Brasil. Essa ferramenta diminui a distância entre o cliente e os milhares de produtos oferecidos na Americanas.com. Com o Caixa Expresso, o cliente cadastra uma única vez seu endereço de entrega e dados de cartão de crédito, e após o processo de identificação, pode finalizar os pedidos em apenas um passo, tornando o processo de compra muito mais ágil e fácil.

A Americanas.com opera ainda serviços de viagens, através da Americanas Viagens (viagens.americanas.com.br), e serviços digitais, tais como revelação de fotos, lista de casamento, recarga de celulares, entre outros.

Submarino

O Submarino (www.submarino.com.br), que comemorou em 2010 o seu décimo primeiro aniversário, é reconhecido como líder em inovações tecnológicas, tendo por exemplo, implementado o sistema de CRM (Customer Relationship Management), ferramenta que personaliza as páginas de acordo com o perfil do cliente.

O Submarino oferece 29 categorias de produtos através de seus canais de vendas: internet, televidas e catálogos, com forte ênfase na venda de livros, CDs, DVDs, eletrônicos, informática, telefonia, games e serviços online. No ano de 2010, o Submarino patrocinou a Bienal do Livro que aconteceu no mês de agosto em São Paulo. O Submarino opera também com os serviços de viagens, através do Submarino Viagens (www.submarinoviagens.com.br), e oferece ainda serviços de B2B (business-to-business).

Os clientes do Submarino recebem 4 edições especiais de catálogos impressos por ano, com tiragem de centenas de milhares de exemplares, que apresentam produtos e ofertas especiais. O site possui um programa de fidelidade altamente atrativo, em parceria com a Submarino Finance. Seguindo sua trajetória de inovação, o Submarino implementou ao longo de 2010 novas ferramentas, como o “Arraste e Compre” e a “Realidade Aumentada”, com o objetivo de facilitar e otimizar a experiência de compra do consumidor. A ferramenta de “Arraste e Compre” facilita adicionar vários produtos ao carrinho sem precisar mudar de página, enquanto a “Realidade Aumentada” é um serviço pioneiro no qual o cliente pode experimentar virtualmente obras de arte nas paredes de sua casa. Além disso, o Submarino desenvolveu aplicativos para acessar o site via iPhone e via dispositivos que operam com o sistema operacional Android. Dessa forma, as milhares de ofertas e produtos do Submarino agora estão disponíveis onde o cliente estiver.

Shoptime

O Shoptime (www.shoptime.com.br), que em 2010 completou 15 anos, foi o primeiro canal brasileiro de home shopping (vendas pela TV) e opera via internet, televidas e catálogos. O canal de TV alcança mais de 20 milhões de lares brasileiros, sendo mais de 5 milhões via TV por assinatura (canais SKY 19, Net 31, Neo TV) e mais de 18 milhões via antenas parabólicas (Vertical 5B), com uma transmissão interativa que chega a 11 horas de programação ao vivo, 7 dias por semana. Em 2007, o canal de televisão passou a transmitir a programação 24 horas por dia, possibilitando aos clientes rapidez e interatividade em suas compras. O catálogo é distribuído sete vezes ao ano, em todo o Brasil, com tiragem de 400 mil exemplares a cada postagem.

Atualmente, o Shoptime oferece 23 categorias de produtos a mais de 3,5 milhões de clientes. O foco do sortimento do Shoptime está nos artigos de marcas próprias, com ênfase em eletroportáteis (Fou Kitchen), cama, mesa e banho (Casa & Conforto), utilidades domésticas (La Cuisine) e esporte e lazer (Life Zone). O departamento de informática também desempenha papel relevante no mix de produtos da marca.

Além disso, o Shoptime opera também o serviço de viagens, através do Shoptime Viagens (viagens.shoptime.com.br).

B2W Viagens

A B2W Viagens atua por meio das marcas Americanas Viagens, Submarino Viagens e Shoptime Viagens, e oferece serviços como pacotes turísticos, passagens aéreas, reservas online de hotéis, cruzeiros, seguros de viagens e aluguel de veículos, no Brasil e no exterior. A Empresa chega aos clientes via internet, televidas, televisão e quiosques, e vem trabalhando para incrementar seu sortimento.

O objetivo da B2W Viagens é construir uma plataforma que possibilite aos clientes de cada uma das marcas, planejar e comprar suas viagens de forma rápida e agradável, consolidando uma posição de liderança no mercado de viagens *online* do Brasil por meio de inovação, qualidade no atendimento, conteúdo diferenciado e preços competitivos. Sendo assim, em 2010 foi lançado o novo site do Submarino Viagens, com as novas ferramentas de Hotel, Aéreo e Análise de Risco, tornando o processo de compra mais cômodo, ágil e seguro para o cliente.

Segundo essa estratégia de inovação, a B2W Viagens lançou em 2010 o Milevo (www.milevo.com.br), rede social de viagens. O novo site permite que os usuários adicionem comentários a respeito de suas experiências em viagens, o que possibilita à B2W Viagens o acesso a um público qualificado e com conhecimento sobre o assunto. Ainda em 2010, em parceria com o Banco Bradesco, a B2W Viagens lançou a primeira plataforma *online* de resgate de pontos de programas de fidelidade, possibilitando que o cliente use o benefício em qualquer companhia aérea ou hotel.

Ingresso.com

A Ingresso.com oferece tecnologia e serviços de compra de ingressos via internet para: cinemas, teatros, shows, jogos de futebol e eventos culturais. Com mais de 2,5 milhões de clientes cadastrados, a Ingresso.com é a maior vendedora *online* de ingressos no Brasil. A empresa oferece o serviço de reserva de assentos pela internet, onde o cliente pode escolher, com toda a comodidade, o lugar de seu interesse em salas de cinema e teatro. Além disso, vem investindo mais fortemente na venda de

ingressos para shows, tendo em 2010 realizado com exclusividade a venda dos ingressos para os três shows do Paul McCartney no Brasil, com mais de 140 mil ingressos vendidos. Além do site próprio (www.ingresso.com), que possui uma versão exclusiva para dispositivos móveis e aplicativo para iPhone, a Ingresso.com está presente também nos sites das Americanas.com, Submarino e Shoptime.

Outra frente de atuação é a comercialização de seu software de bilheteria no Brasil. Atualmente, a Ingresso.com é responsável pela informatização de diversas salas de cinema, teatro, arenas esportivas e casas de shows.

Além disso, a Ingresso.com continuou em 2010 sua expansão internacional na América Latina, estando presente atualmente no México, na Argentina e no Chile, através da venda de ingressos de cinema em parceria com a Cinemark. Esta iniciativa permite a B2W explorar e entender novos mercados com um baixo custo de entrada e operação.

Submarino Finance

Fruto da *joint venture* com a Cetelem, a Submarino Finance oferece o cartão de crédito Submarino, que permite o financiamento em até 24 parcelas para compra de produtos no site do Submarino, além de um exclusivo programa de recompensas e promoções especiais, como descontos em produtos e pontuação no Programa de Fidelidade Léguas Submarinas.

Para a B2W, o cartão próprio representa uma oportunidade de alavancar vendas, especialmente de itens de valor elevado, reduzir custos com taxas de administração de cartão de crédito e com desconto de recebíveis, e participar no resultado do negócio de financiamento ao consumo. Ao longo do ano atingimos a marca de mais de 590 mil cartões emitidos, e participação de 30% nas vendas do site Submarino.

Blockbuster Online

A B2W adquiriu o direito de uso da marca Blockbuster na internet no Brasil e passou a oferecer em 2008 o serviço de locação *online* de DVDs e *Blu-ray Discs* através de seu site www.blockbuster.com.br. A Blockbuster Online é uma locadora que permite aos clientes escolherem seus filmes pela internet, montarem uma lista de desejos, receberem e devolverem seus filmes na comodidade de sua casa. Oferece planos de assinatura que possibilitam que os clientes sempre tenham filmes em casa, sem data para devolução e sem multa.

Atualmente a Blockbuster Online possui o maior acervo em quantidade de títulos do Brasil, com mais de 20 mil filmes, e atua em 145 cidades espalhadas pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com entrega aos domingos e no mesmo dia para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Possui ainda o maior acervo de *Blu-ray Discs* para locação da América Latina, com cerca de 2 mil títulos.

FAI – Financeira Americanas Itáu

A Financeira Americanas Itáu (FAI) dedica-se ao financiamento de compras, através de cartões de crédito de marca própria (*private label*) e dos cartões Visa e Mastercard (*co-branded*), oferta de crédito pessoal e outros produtos e serviços financeiros.

Sua atuação ocorre por intermédio dos pontos de venda das Lojas Americanas, pela internet (Americanas.com e Shoptime) e pelo canal de TV Shoptime.

A FAI oferece duas modalidades de cartões: *private label* e *co-branded*. Os cartões *private label* oferecem formas diferenciadas de pagamento e podem ser utilizados para financiamento das compras imediatamente após a sua emissão.

Já os cartões *co-branded* são parcerias da FAI com as bandeiras Mastercard e Visa, e podem ser emitidos nas versões nacional e internacional.

2. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

AOSS Nossos Clientes, Acionistas, Associados e Fornecedores:

Em 2010, abrimos 70 novas lojas e evoluímos nos nossos principais indicadores operacionais.

Nesse sentido, já de acordo com os padrões internacionais de relatório financeiro (IFRS), a nossa Receita Líquida Consolidada Anual, que engloba o Varejo Físico, as empresas controladas, B2W – Companhia Global do Varejo e FAI – Financeira Americanas Itáu, cresceu 14,8%, totalizando R\$ 9,389 Bilhões. O EBITDA foi de R\$ 1,355 Bilhão, o que representa um crescimento de 24,0% e uma margem EBITDA de 14,4%, um aumento de 1,0 p.p. em relação ao ano anterior. O lucro líquido consolidado do período foi de R\$ 309,6 Milhões, um crescimento de 75,8%.

No varejo físico, a Receita Líquida cresceu 15,9%, alcançando R\$ 5,345 Bilhões. No conceito de “mesmas lojas”, a Receita Líquida aumentou em 11% quando comparada com 2009.

A B2W – empresa controlada que oferece produtos e serviços via internet, televisão, telefone, catálogos e quiosques, atingiu uma venda líquida consolidada de R\$ 4,074 Bilhões, um crescimento de 12,1%, com uma margem EBITDA de 13,4%. O lucro líquido apresentado no período pela B2W foi de R\$ 33,6 Milhões.

Para 2011, da mesma forma que nos anos anteriores, “continuaremos no nosso caminho de aprendizagem e superação, o que nos deixa naturalmente entusiasmados, pois alcançaremos novos patamares de resultados, sempre buscando um melhor atendimento das necessidades dos nossos clientes”.

Finalmente, gostaríamos de agradecer à dedicação e garra dos nossos Associados, assim como o apoio e confiança que recebemos de nossos fornecedores, clientes e acionistas.

A ADMINISTRAÇÃO

“Queremos Sempre Mais”

3. CENÁRIO ECONÔMICO

Segundo dados do IBGE, em 2010, a inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) registrou taxa acumulada de 5,91%, superior aos 4,31% registrados em 2009. Já o IGP-M (Índice Geral de Preço ao Mercado), medido pela FGV, apresentou no acumulado de 2010, inflação de 11,32%, contra deflação de 1,71% no acumulado do ano anterior. No ano, houve uma desvalorização do dólar em relação ao real de 4,3%. A taxa básica de juros da economia (SELIC) fechou o ano de 2010 em 10,75% ao ano, acima dos 8,75% ao ano registrados ao final de 2009. O comércio varejista, no ano, apresentou um crescimento de 10,9% em volume de vendas (IBGE).

Lojas Americanas reitera sua confiança no desenvolvimento econômico do país e nas oportunidades de crescimento do segmento de varejo, e manterá foco na expansão de sua rede de lojas e no atendimento multicanal aos clientes.

4. ESTRATÉGIA E INVESTIMENTOS

Em 2010, Lojas Americanas atingiu R\$ 9,389 bilhões de receita líquida consolidada, o equivalente a um crescimento de 14,8% em relação ao ano anterior. Deste total, R\$ 5,345 bilhões se referem ao desempenho da controladora (Lojas Físicas), que vendeu 15,9% a mais que em 2009.

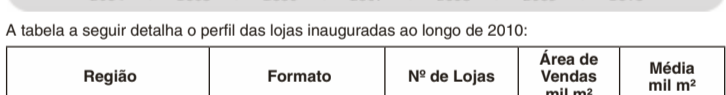
No conceito “mesmo número de lojas”, ou seja, excluindo as lojas inauguradas há menos de um ano, o crescimento das vendas líquidas acumuladas em 2010 foi de 11%.

Nos últimos nove anos, Lojas Americanas ampliou sua rede de lojas em cinco vezes, por meio do seu programa de expansão orgânica e da aquisição da BWU, empresa que detinha a marca BLOCKBUSTER® no país.

Em 2010, em linha com o programa “SEMPRE MAIS BRASIL”, a Companhia estabeleceu um novo recorde, tendo inaugurado 70 lojas – 49 no modelo Tradicional e 21 no modelo Express. Além das lojas inauguradas até o encerramento de 2010, abrimos mais 8 lojas em 2011, até esta data, temos outras 52 inaugurações programadas e 30 lojas em fase de elaboração de contrato para abertura, o que nos deixa otimistas para inaugurar o total de 90 novas lojas para 2011.

Ao final do ano, Lojas Americanas contava com 541 lojas, divididas nos seguintes formatos:

Formato	Total de Lojas	%
Tradicional	329	61%
Express	212	39%
TOTAL	541	100%



A tabela a seguir detalha o perfil das lojas inauguradas ao longo de 2010:

Região	Formato	Nº de Lojas	Área de Vendas mil m ²	Média mil m ²
Sudeste	Tradicional	16	15,9	1,0
	Express	19	9,1	0,5
Nordeste	Tradicional	17	17,4	1,0
	Express	2	1,0	0,5
Sul	Tradicional	3	2,8	0,9
	Express			
Norte	Tradicional	6	7,6	1,3
	Express			
Centro-Oeste	Tradicional	7	7,6	1,1
	Express			
Total	Tradicional	49	51,3	1,0
	Express	21	10,1	0,5
Transferência/Reforma	(5)	(1,2)	0,2	
	Em 31/12/2010	541	564,5	1,0

A Lojas Americanas, na visão da controladora investiu em 2010 o total de R\$ 238,9 milhões, com ênfase em: expansão, reforma da rede de lojas e atualização tecnológica. Neste total, estão considerados os investimentos em bens destinados a aluguel, no valor de R\$ 21,3 milhões.

	R\$ milhões	%
Inaugurações/Reformas	165,6	69%
Tecnologia/Logística/Operações	52,1	22%
Bens destinados a aluguel	21,3	9%
TOTAL	238,9	100%

Plano de Expansão para os próximos 4 anos – Programa “SEMPRE MAIS BRASIL”

Para o período entre 2010 e 2013, planejamos a abertura de 400 novas lojas no Brasil.

Atualmente, todas as lojas da Companhia estão localizadas em apenas 176 das mais de 5,5 mil cidades do país, o que demonstra a oportunidade que a Lojas Americanas tem para abrir lojas nas cidades mais distantes dos grandes centros urbanos.

Conforme ilustra o gráfico a seguir, através de estudos e análises de viabilidade econômica realizados internamente com a utilização da ferramenta do EVA® (Economic Value Added) em conjunto com dados socioeconômicos (população, renda, acesso a serviços básicos, acesso a bens de consumo e outros), acreditamos que no momento existe a possibilidade do nosso varejo físico estar presente em aproximadamente 180 cidades adicionais.



Ao final de 2009 nossas lojas estavam localizadas em 23 Estados do país, mais o Distrito Federal, com uma distribuição de 66% na região Sudeste, 19% no Sul/Centro-Oeste e 15% no Norte/Nordeste. Com a nossa confiança no desenvolvimento do país, o plano de expansão para essas novas cidades pode beneficiar especialmente as regiões Norte/Nordeste/Centro-Oeste, conforme demonstrado na projeção de inaugurações da tabela a seguir.

	Distribuição de Lojas por Região			
	Dez/2009	%	Inaugurações 2010-2013	%
SE	316	66%	200	50%
NE	61	13%	90	22%
N	9	2%	40	10%
CO	38	8%	40	10%
S	52	11%	30	8%
TOTAL	476	100%	400	100%

* Estimativa de número de lojas por região ao final de 2013.

Assim como ocorreu historicamente, o crescimento deve ser na proporção de 70% em lojas Tradicionais (área média de vendas entre 1.300 m² e 1.500 m²) e 30% em lojas Express (área média de vendas entre 300 m² e 500 m²).

Ano	Número de Lojas
2010	70
2011	90 a 100
2012	110 a 120
2013	120 a 130

Prevemos ainda, para suportar a distribuição das mercadorias para as lojas, a inauguração de dois novos Centros de Distribuição, localizados nas regiões Centro-Oeste e Sul. É importante mencionar que a atual posição de caixa da empresa e a geração de caixa futura, atreladas ao alongamento do perfil da dívida, nos deixam confortáveis para fazer frente ao investimento esperado, que deve se aproximar a R\$ 1,0 bilhão.

Investimentos (2010 a 2013) - R\$ MM	
Inaugurações/Reformas	720
Tecnologia/Logística/Operações	280
Total	1.000

Em 2006 foi aprovado um empréstimo de aproximadamente R\$ 220 milhões com o BNDES, com o objetivo de expansão, modernização e padronização da rede de lojas e atualização tecnológica para os últimos três anos. Assim como fizemos no passado, estamos dando entrada com um projeto no BNDES para o programa de expansão entre 2010 e 2013, que estamos chamando de “SEMPRE MAIS BRASIL”.

Finalmente, gostaríamos de reforçar que “continuaremos no nosso caminho de aprendizagem e superação, o que nos deixa naturalmente entusiasmados, pois alcançaremos novos patamares de resultados, sempre buscando um melhor atendimento das necessidades dos nossos clientes”.

FAI – Financeira Americanas Itáu

A estratégia da Financeira Americanas Itáu (FAI) tem ênfase em aumentar a oferta de crédito e serviços financeiros aos clientes das Lojas Americanas e facilitar a forma de pagamento dentro das lojas físicas, nas Americanas.com e no Shoptime, sendo mais um instrumento de relacionamento e fidelização de clientes.

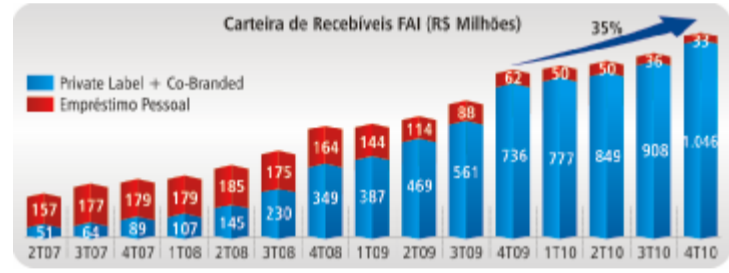
Ao longo do segundo semestre de 2008, foi implementada a nova estratégia para a oferta dos produtos *private label* e *co-branded* como sendo os principais meios de pagamentos dentro das Lojas Americanas e nas operações de internet, bem como a desaceleração da oferta de empréstimo pessoal.

Ao final do quarto trimestre de 2010, a FAI havia emitido cerca de 2,6 milhões de cartões, sendo 1,1 milhão de *private label*, 1,5 milhão de cartões com bandeira, que propiciam o uso dentro e fora das Lojas Americanas, e 16 mil de empréstimo pessoal.

No ano de 2010, a participação dos cartões da FAI (*private label* e *co-branded*) atingiu 13% das vendas da controladora.

A carteira de recebíveis em dezembro de 2010 atingiu R\$ 1,079 bilhão e apresentou um crescimento de 35% em relação a dezembro de 2009. O mix da carteira atual é composto de 3% de empréstimo pessoal e 97% de cartões, o índice de perda sobre carteira manteve-se estável em 5%, quando comparados os períodos 4T09 e 4T10.

Neste mesmo período, podemos observar a evolução da operação, resultando em um aumento de 31% do Resultado Bruto da Intermediação somado às Receitas de Prestação de Serviços.



Glossário:

Carteira de recebíveis: Valores a receber referentes ao faturamento.

Faturamento: Compras realizadas com os cartões Americanas, à vista ou a prazo, e liberações de empréstimo pessoal.

Resultado Bruto da Intermediação + Prestação de Serviços: Receitas auferidas sobre a carteira de recebíveis decorrentes da apropriação de juros, tarifas de serviços prestados e seguros, líquida das despesas da intermediação financeira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Gente

Segundo nosso lema de que “Queremos Sempre Mais” e prevendo nossas metas de crescimento que foram confirmadas com o programa “SEMPRE MAIS BRASIL”, Lojas Americanas intensificou os programas de treinamento, capacitação e integração, com foco na contratação e desenvolvimento de jovens talentos que estão sendo treinados para assumir importantes responsabilidades em um curto período de tempo. Nosso foco é promover o crescimento dos Associados dentro da Companhia através de uma política de promoções internas e de um sistema de meritocracia. Ao final do exercício de 2010, a Companhia contava com 14.244 Associados na controladora.

Treinamento e Desenvolvimento

O quarto ano de funcionamento do CDA – Centro de Desenvolvimento Americanas – serviu para consolidar o cronograma de treinamentos definido no ano anterior. Em 2010, aumentamos ainda mais o nosso número de homem/hora de treinamento, atingindo a marca de 45.000 Associados/hora capacitados.

Em 2010 chegamos à marca de 13 pólos CDA (Centro de Desenvolvimento Americanas) localizados em grandes cidades brasileiras, expandindo a nossa capacidade de treinamento e desenvolvimento interno dos associados.

A ênfase na capacitação dos nossos Associados e no desenvolvimento interno vão ao encontro do estabelecimento de metas cada vez mais desafiadoras e culminam no nosso lema: “Queremos sempre mais”.

Recrutamento de Talentos

Lojas Americanas tem como política a formação de talentos dentro de casa, a partir da contratação de Associados pelos programas de estágio, *trainee* e para cargos operacionais de loja. Desta forma, enfatiza-se o recrutamento de jovens universitários das melhores universidades do país, que recebem treinamentos específicos voltados para os desafios do segmento de varejo e imersão na cultura organizacional da Companhia.

Programa de Estágio

Iniciado há mais de dez anos, o Programa de Estágio tem como objetivo recrutar estudantes universitários com o espírito empreendedor. Assim, é possível selecion

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

No 4T10, as despesas com vendas, gerais e administrativas consolidadas totalizaram R\$ 402,2 milhões, ou 13,7% da receita líquida (RL), contra R\$ 380,0 milhões, ou 14,6% da RL, no 4T09. Na visão da Controladora, as despesas com vendas, gerais e administrativas no 4T10 atingiram R\$ 227,6 milhões, ou 12,5% da RL, uma redução de 0,6 p.p. (%RL) em relação ao 4T09. No acumulado do ano de 2010, as despesas com vendas, gerais e administrativas no consolidado atingiram R\$ 1.574,4 milhões, ou 16,8% da receita líquida, uma queda de 1,3 p.p. em relação ao ano anterior.

Deve-se considerar nesta análise a abertura de 70 lojas no ano, a evolução das vendas líquidas do nosso comércio eletrônico, que cresceram 12% no acumulado do ano, e a Financeira Americana Itáu, que cresceu sua carteira de recebíveis em 35%, atingindo um patamar de R\$ 1.079 milhões (50% consolidado na Lojas Americanas).

Na visão da Controladora, as despesas com vendas, gerais e administrativas acumuladas em 2010 atingiram R\$ 814,0 milhões, ou 15,2% da receita líquida, uma redução de 1,0 p.p. em relação ao ano anterior.



EBITDA

No 4T10, o EBITDA consolidado totalizou R\$ 586,6 milhões, representando 23,0% de crescimento em relação ao mesmo período de 2009. A margem EBITDA consolidada foi de 19,9% da receita líquida no 4T10 comparada aos 18,3% da RL registrada no 4T09, uma melhora de 1,6 p.p. No 4T10, o EBITDA da controladora alcançou R\$ 385,3 milhões, o equivalente a um crescimento de 25,2% quando comparado ao mesmo período de 2009. A margem EBITDA da controladora no período foi de 21,2%, 1,1 p.p. acima da apresentada no 4T09.

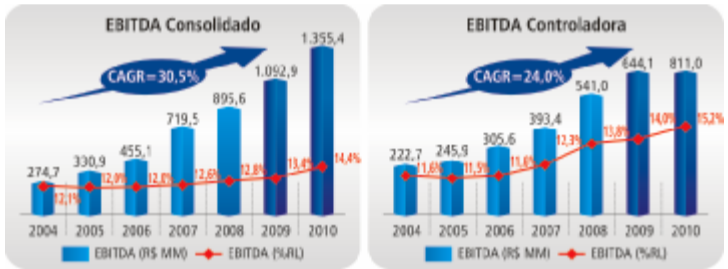
Em 2010, o EBITDA consolidado totalizou R\$ 1.355,4 milhões, representando 24,0% de crescimento em relação a 2009. A margem EBITDA consolidada no ano foi de 14,4% da receita líquida comparada aos 13,4% da RL registrada em 2009.

Em 2010, o EBITDA da controladora alcançou R\$ 811,0 milhões, o equivalente a um crescimento de 25,9% quando comparado a 2009. A margem EBITDA da controladora no período foi de 15,2% da RL, 1,2 p.p. acima da apresentada em 2009.

Apresentamos a seguir a tabela do EBITDA aberto por empresa:

EBITDA	2010	%RL	2009	%RL	RS	%
LOJAS AMERICANAS	1.355,4	14,4%	1.092,9	13,4%	262,5	24,0%
B2W	811,0	15,2%	644,1	14,0%	166,9	25,9%
FAI	547,0	13,4%	487,3	13,4%	59,7	12,3%
BZ, BWU e OUTROS	(2,6)	-	(38,5)	-	35,9	-93,2%

É importante observar que o EBITDA tem crescido constantemente a um patamar superior ao crescimento registrado pela receita líquida. No período de 2004 a 2010, a taxa composta de crescimento anual (CAGR) no EBITDA consolidado foi de 30,5% comparada a uma taxa de 26,6% na receita líquida consolidada. Já na controladora, no mesmo período, o CAGR foi de 24,0% no EBITDA e de 18,6% na receita líquida.



Resultado Financeiro Líquido

No 4T10, a despesa financeira líquida foi de R\$ 221,0 milhões na visão consolidada. No quarto trimestre do ano anterior, este mesmo indicador foi de R\$ 133,0 milhões. Na controladora, a despesa financeira líquida no 4T10 foi de R\$ 79,5 milhões contra R\$ 73,7 milhões no 4T09.

No ano de 2010, a despesa financeira líquida consolidada foi de R\$ 606,4 milhões, contra R\$ 533,0 milhões em 2009.

Na controladora, a despesa financeira líquida de 2010 foi de R\$ 277,2 milhões, ou 5,2% da receita líquida (RL). Em 2009, este mesmo indicador foi de R\$ 287,9 milhões, ou 6,2% da RL.

Vale ressaltar que, para uma melhor avaliação do resultado financeiro líquido da controladora, temos que consolidar as receitas e despesas financeiras das controladas não operacionais (Klanil, Louise, BSW e outras). Desta forma, demonstramos na tabela a seguir, uma visão do resultado financeiro com estes efeitos.

Abertura de Resultado Financeiro - RS MM	2010	2009	Δ%
(-) Resultado Financeiro sem AVP	(222,9)	(244,2)	-8,7%
(+) Reversão AVP Vendas e Deduções	44,4	45,9	-3,3%
(+) Reversão AVP Fornecedores	(98,7)	(89,6)	10,2%
(-) Total de Reversões de AVP	(54,3)	(43,7)	24,3%
Res. Financ. Líq. Controladora (antes das controladas não operacionais e FAI)	(277,2)	(287,9)	-3,7%
(+) Resultado Financeiro Líquido controladas não operacionais e FAI	31,7	34,4	-7,8%
Res. Financ. Líq. Controladora (após as controladas não operacionais e FAI)	(245,5)	(253,5)	-3,2%
(+) Resultado Financeiro Líquido B2W - Consolidado	(366,4)	(279,5)	29,1%
Resultado Financeiro Líquido Consolidado	(606,4)	(533,0)	13,8%

A despesa financeira líquida da controladora em 2010, considerando os efeitos mencionados e antes da B2W, foi de R\$ 245,5 milhões, representando uma redução de 3,2% em relação à despesa de R\$ 253,5 milhões registrada em 2009.

A Companhia continua afirmando seu compromisso com a política conservadora de aplicação do caixa, manifestada pela utilização de instrumentos de hedge, em moedas estrangeiras, para fazer frente a eventuais flutuações do câmbio, seja em relação ao passivo financeiro, seja para sua posição de caixa total. Estes instrumentos anulam o risco cambial, transformando o custo da dívida para moeda e taxa de juros locais (em percentual CDI). No mesmo sentido, vale lembrar que o caixa da Companhia está aplicado nas maiores instituições financeiras do Brasil.

* CDI - Certificado de depósito interbancário; taxa média das captações no mercado interbancário.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)

Em 2010, o FIDC foi constituído em 2010, foram concluídos os trabalhos de estruturação do Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo (Fênix FIDC do Varejo), que tem por finalidade específica adquirir os direitos de crédito performados de titularidade da Lojas Americanas e da B2W, originados por meio de cartões de crédito utilizados em operações de compra e venda de produtos e serviços realizadas entre as Companhias e seus clientes finais, cujas transações eletrônicas sejam capturadas e processadas pelos sistemas de aquisição. O Fênix FIDC do Varejo é um novo instrumento que possui custo mais atrativo e prazo mais longo de financiamento para o desconto de recebíveis de cartões de crédito.

Resultado Líquido e Resultado por Ação

Na visão consolidada, o lucro líquido do 4T10 foi de R\$ 158,8 milhões, comparado aos R\$ 141,4 milhões registrados no mesmo período de 2009. O lucro líquido da controladora no 4T10 foi de R\$ 153,0 milhões, comparado aos R\$ 135,1 milhões registrados no 4T09.

Em 2010, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 309,6 milhões, comparados aos R\$ 176,1 milhões registrados em 2009, o equivalente a um crescimento de 75,8%.

O lucro líquido da controladora em 2010 foi de R\$ 286,6 milhões, comparados aos R\$ 150,7 milhões registrados em 2009, o equivalente a um crescimento de 90,2%.

É importante destacar que em 2010, o lucro líquido consolidado por ação em circulação (excluindo as ações em tesouraria), foi de R\$ 0,42387, 74,7% superior ao montante de R\$ 0,24258 apresentado no ano anterior. O lucro líquido por ação em circulação (excluindo as ações em tesouraria) da controladora, foi de R\$ 0,39230, 88,9% superior ao montante de R\$ 0,20763 apresentado no ano anterior.

A tabela a seguir apresenta as principais variações do EBITDA ao lucro líquido na controladora:

Conciliação do Lucro Líquido - RS MM	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	Δ%	2010	2009	Δ%
EBITDA	811,0	644,1	25,9%	1.355,4	1.092,9	24,0%
(+) Depreciação/Amortização	(103,2)	(120,9)	-14,6%	(130,4)	(138,5)	-5,8%
(+) Resultado Financeiro Líquido	(277,2)	(287,9)	-3,7%	(606,4)	(533,0)	13,8%
(+) Equivalência B2W	12,8	28,8	-55,6%	-	-	-
(+) Equivalência FAI	(12,3)	(26,5)	-53,6%	-	-	-
(+) Equiv. Outras Controladas/Outras rec. (desp.) operac.	(4,6)	(22,4)	-79,5%	(124,2)	(115,9)	7,2%
(+) Participação Estatutária / Minoritária	(17,2)	(7,4)	132,4%	(31,9)	(34,4)	-7,3%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(122,7)	(57,1)	114,9%	(152,9)	(95,0)	60,9%
(-) Lucro Líquido	288,6	150,7	90,2%	309,6	176,1	75,8%
Lucro por ação	R\$0,39230	R\$0,20763	88,9%	R\$0,42387	R\$0,24258	74,7%
Ações em circulação (mil)	730.464	725.934	-	730.464	725.934	-

* Na antiga norma contábil, chamado de "resultado não operacional".

Vale ressaltar que o Ajuste a Valor Presente (AVP) em 2010 na controladora teve um efeito líquido positivo de R\$ 1,4 milhão, comparado a um efeito líquido negativo de R\$ 0,9 milhão no ano anterior. No consolidado esse efeito foi negativo em R\$ 9,8 milhões, contra um ajuste negativo de R\$ 1,5 milhão em 2009. Isto se deve ao efeito das reversões de AVP no resultado financeiro, alcançadas ao longo de 2009 no consolidado.

Deste modo, observa-se no quadro a seguir que, excluindo o efeito do AVP no resultado, o lucro líquido da controladora em 2010 foi de R\$ 285,2 milhões, apresentando um aumento de 88,3% em relação aos R\$ 151,5 milhões do mesmo período de 2009, em mesmas bases. De maneira análoga, observamos também que o lucro líquido consolidado excluindo o efeito do AVP no resultado de 2010 foi de R\$ 319,4 milhões, apresentando um aumento de 79,8% em relação aos R\$ 177,6 milhões do ano de 2009, em mesmas bases.

Efeitos AVP no Resultado	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	Δ%	2010	2009	Δ%
Lucro Líquido Contábil	286,6	150,7	90,2%	309,6	176,1	75,8%
(A) Efeito AVP no Resultado Operacional	56,4	42,5	32,7%	22,6	18,5	22,2%
(B) Efeito AVP no Resultado Financeiro	(54,3)	(43,7)	24,3%	(37,5)	(20,8)	80,3%
Efeito AVP no resultado (A + B)	2,1	(1,2)	-275,0%	(14,9)	(2,3)	547,8%
Efeitos Fiscais	(0,7)	0,4	-275,0%	5,1	0,8	537,5%
Efeito AVP no Lucro Líquido	1,4	(0,8)	-275,0%	(9,8)	(1,5)	553,3%
Lucro Líquido sem AVP	285,2	151,5	88,3%	319,4	177,6	79,8%
Margem Líquida (%RL)	5,3%	3,3%	+2 p.p.	3,4%	2,2%	+1,2 p.p.

Endividamento

Lojas Americanas utiliza sua geração de caixa priorizando investimentos que apresentem os melhores retornos para os acionistas. Assim sendo, listamos a seguir as principais ações realizadas no ano de 2010:

- Investimentos da Lojas Americanas e da B2W no imobiliário e no intangível (desenvolvimento de websites e sistemas) de R\$ 513,8 milhões;
- Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos brutos no valor de R\$ 38,4 milhões;
- O empréstimo e debêntures consolidados de curto e longo prazo de Lojas Americanas em 31/12/2010 foram de R\$ 4.143,3 milhões. Subtraindo a posição de caixa no valor de R\$ 3.829,8 milhões (caixa + aplicações financeiras + contas a receber dos cartões de crédito e débito + 50% do financiamento a clientes da FAI) do total dos empréstimos, encontramos um endividamento líquido de R\$ 313,5 milhões.

RS milhões	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Endividamento	2.779,8	2.954,8
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	1.013,0	869,2
Debêntures de curto prazo	350,5	30,0
Endividamento de Curto Prazo	1.363,5	899,2
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	2.257,5	2.225,3
Debêntures de longo prazo	522,3	729,5
Endividamento de Longo Prazo	2.279,8	2.954,8
Endividamento Bruto (1)	4.143,3	3.854,0
Caixas e bancos	162,4	141,8
Aplicações financeiras	1.853,5	2.072,5
Contas a receber de Cartão de Crédito/Débito	1.229,2	469,3
Financiamento a clientes - FAI	584,7	403,7
Disponibilidades Totais (2)	3.829,8	3.087,3
Caixa (Dívida) Líquida (2) - (1)	(313,5)	(766,7)
Dívida Líquida / EBITDA (últimos 12 meses)	0,2	0,7
Prazo Médio de Vencimento da Dívida	892	800

Como se pode observar na tabela anterior, o endividamento líquido consolidado da Companhia reduziu 59% ou R\$ 453,2 milhões quando comparado com 2009. Ao final de 2010 a dívida líquida da Companhia foi 0,2x o EBITDA acumulado dos últimos 12 meses, patamar significativamente melhor que o apresentado ao final de 2009.

Nota-se ainda que o prazo médio de vencimento da dívida passou de 800 dias ao final de dezembro de 2009 para 892 dias ao final de dezembro de 2010 (de 26 para 29 meses). Para fazer frente às incertezas e à volatilidade no mercado financeiro, Lojas Americanas tem como orientação preservar o caixa e alongar o perfil da dívida. Ao longo de 2009 e 2010, diversas medidas foram tomadas com este objetivo, o que nos permite consolidar o plano de crescimento da Companhia no longo prazo. As contas a receber de clientes são compostas por recebíveis de cartão de crédito, líquidos do valor descontado, que possuem liquidez imediata e podem ser considerados como caixa. A composição das contas a receber na visão Consolidada da Lojas Americanas está demonstrada na tabela a seguir:

Conciliação Contas a Receber	31/12/2010	31/12/2009
Receíveis de cartões de crédito bruto	2.430,5	1.992,5
Receíveis de débitos eletrônicos e cheques	13,3	11,4
Desconto de recebíveis	(1.214,6)	(1.534,6)
Contas a receber de Cartão de Crédito / Débito	1.229,2	469,3
Ajuste a valor presente	(32,5)	(12,9)
Financiamento a clientes - FAI	584,7	403,7
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(147,5)	(107,9)
Outras contas a receber	226,4	270,8
Contas a Receber Líquido Controladora	1.860,3	1.023,0

Por conta da adoção dos novos CPCs / IFRS, em particular o CPC 38 e seu correspondente IAS 39, a Companhia passou a efetuar baixa (desreconhecimento) dos recebíveis com as administradoras de cartões de crédito no momento da sua efetiva antecipação (conforme divulgado nas notas explicativas às demonstrações financeiras). Todavia, para melhor evidência do volume de antecipações de recebíveis nas datas-base analisadas, a Companhia demonstra no quadro acima, o contas a receber ajustado pelas antecipações efetuadas até as datas-base em análise.

Ausência de Exposição à Variação Cambial

A Lojas Americanas S.A. possui em seu balanço do final do 4T10 dividendos em moeda estrangeira. Tais dividendos, contudo, são INTEGRALMENTE PROTEGIDOS contra quaisquer oscilações de câmbio por intermédio de operações de derivativos (swaps), que substituem o risco cambial por variação da taxa básica de juros brasileira (CDI).

Vendas por Meios de Pagamentos

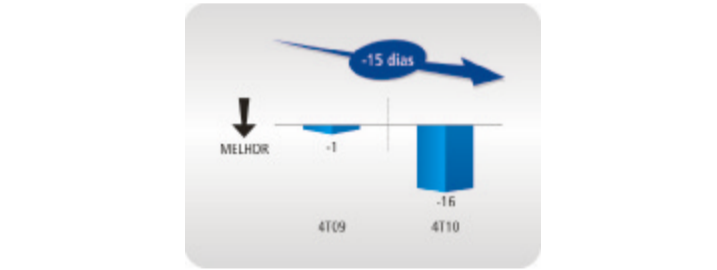
A abertura das vendas por meios de pagamentos nos anos de 2010 e 2009 pode ser verificada na tabela abaixo:

Meios de Pagamentos	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	Var.	2010	2009	Var.
A Vista	56%	54%	+2 pp	42%	39%	+3 pp
Cartão de Crédito	31%	32%	-1 pp	46%	50%	-4 pp
Cartões de Marca Própria*	13%	14%	-1 pp	12%	11%	+1 pp

* Considera os cartões de marca própria da Financeira Americana Itáu e do Submarino Financeiro.

Capital de Giro Líquido da Controladora

O capital de giro líquido na Controladora foi negativo em 16 dias no 4T10, representando uma evolução de 15 dias quando comparado ao 1 dia negativo apresentado no 4T09.



(Capital de Giro Líquido = Dias de Estoque + Dias de Contas a Receber - Dias de Fornecedor)

A evolução do capital de giro líquido da Lojas Americanas no 4T10 demonstra a constante busca pelo aperfeiçoamento de nossos processos operacionais e pelo desenvolvimento da nossa parceria com fornecedores.

Demonstrativo de Resultados Consolidado

Lojas Americanas S.A.	Consolidado			Consolidado		
	Períodos findos em 31 de Dezembro	Períodos findos em 31 de Dezembro	Períodos findos em 31 de Dezembro	Períodos findos em 31 de Dezembro	Períodos findos em 31 de Dezembro	Períodos findos em 31 de Dezembro
(em milhões de reais, exceto lucro por ação)	4T10	4T09	Delta	2010	2009	Delta
Receita Bruta de Vendas e Serviços	3.451,4	3.072,3	12,2%	11.006,1	9.906,9	11,2%
AVP vendas	(61,2)	(51,2)	(214,3)	(203,7)	-	-
Impostos, devoluções e descontos sobre vendas e serviços	(460,2)	(433,6)	6,7%	(1.454,4)	(1.583,0)	-8,2%
AVP deduções da receita bruta	14,8	16,1	54,5	51,1	54,5	-
Receita Líquida de Vendas e Serviços	2.944,8	2.603,6	13,1%	9.388,5	8.174,7	14,8%
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(2.019,1)	(1.796,4)	12,0%	(6.644,5)	(5.766,2)	15,4%
AVP estoques	63,1	49,9	185,8	167,7	-	-
Lucro Bruto	988,8	857,1	15,4%	2.929,8	2.576,2	13,7%
Margem Bruta (% RL)	33,6%	32,9%	+0,7 p.p.	31,2%	31,5%	-0,3 p.p.
Receitas (Despesas) Operacionais	(439,9)	(416,8)	5,5%	(1.704,8)	(1.621,8)	5,1%
Com vendas	(368,7)	(352,6)	4,6%	(1.434,8)	(1.353,3)	6,0%
Gerais e administrativas	(31,7)	(26,9)	22,3%	(135,0)	(127,3)	7,4%
Despesa com plano de opção de ações (SOP)	(1,8)	(0,5)	(4,6)	(2,7)	-	-
Depreciação e amortização	(37,7)	(36,8)	2,4%	(130,4)	(138,5)	-5,8%
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Equivalência	548,9	440,3	24,7%	1.225,0	954,4	28,4%
Resultado Financeiro Líquido - sem AVP	(199,8)	(135,1)	66,2%	(568,9)	(512,2)	13,8%
Reversão do AVP vendas e deduções no Resultado Financeiro	45,9	47,2	140,3	145,6	-	-
Reversão do AVP fornecedores no Resultado Financeiro	(67,1)	(45,1)	(177,8)	(166,4)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais*	(90,3)	(83,4)	8,3%	(124,2)	(115,9)	7,2%
Participação de empregados e diretores / minoritárias	(11,0)	(18,1)	-39,2%	(31,9)	(34,4)	-7,3%
Imposto de renda e contribuição social	(70,4)	(68,3)	5,3%	(154,0)	(87,6)	60,9%
AVP efeito 11.638	2,6	3,9	1,1	(7,4)	-	-
Lucro Líquido do Período	158,8	141,4	12,			



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 01 DE JANEIRO DE 2009, 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

Em milhares de Reais

ATIVO	Controladora			Consolidado			
	Nota	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
CIRCULANTE							
Caixa e Equivalentes de Caixa.....		140.875	74.001	55.741	162.428	141.780	112.690
Títulos e valores mobiliários.....	5	864.932	1.137.947	1.025.618	1.847.890	2.067.083	2.172.195
Contas a receber de clientes.....	6	677.843	360.220	193.094	1.860.251	1.023.026	956.945
Estoques.....	7	863.103	762.116	644.365	1.429.537	1.247.885	985.993
Impostos a recuperar.....	8	210.872	116.539	85.891	275.216	182.172	122.506
Dividendos a receber.....		3.720	6.403	10.378	-	-	-
Despesas antecipadas.....		2.943	3.004	4.529	21.877	16.882	30.260
Demais contas a receber.....		154.941	159.940	142.993	254.464	225.388	206.613
		2.919.229	2.620.170	2.162.609	5.851.663	4.904.216	4.587.202
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo:							
Títulos e valores mobiliários.....	5	-	-	-	5.596	5.378	5.846
Empréstimos e adiantamentos a sociedades controladas.....	11	339	7.583	2.498	-	-	-
Contas a receber de acionistas - Plano de Subscrição de ações.....	22	58.282	35.735	81.256	58.282	35.735	81.256
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	9 (a)	51.229	49.685	57.534	332.889	324.594	331.012
Depósitos judiciais.....	19	39.822	40.521	39.915	65.502	62.590	55.443
Impostos a recuperar e demais contas a receber.....		9.420	10.068	14.779	9.420	10.108	25.921
		159.092	143.592	195.982	471.689	438.405	499.478
Investimentos.....	10	550.391	522.496	516.588	-	-	-
Imobilizado.....	12	502.251	395.060	419.034	638.406	494.536	498.451
Intangível.....	13	477.211	446.472	456.636	1.034.861	806.218	718.866
Diferido.....	14	48.893	74.476	102.331	-	-	-
		1.737.838	1.582.096	1.690.571	2.144.956	1.739.159	1.716.795
		4.657.067	4.202.266	3.853.180	7.996.619	6.643.375	6.303.997

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA) PARA AS DATAS DE 01 DE JANEIRO DE 2009, 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital de ações	Ágio em transações de capital	Ajuste avaliação patrimonial	Resultado abrangente	Reservas de lucro		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
						Legal	Para novos empreendimentos		
Saldos em 1 de janeiro de 2009	273.718	3.381	-	(2.304)	-	15.801	159.068 (23.498)	(155.242)	294.422 (130.155)
Ajustes de adequação aos CPC's / IFRS.....	-	-	(106.659)	-	-	-	-	-	-
Saldos em 01 de janeiro de 2009 (Ajustado)	273.718	3.381	(106.659)	(2.304)	-	15.801	135.572	(155.242)	164.267 (30.873)
Redução de capital.....	(30.873)	-	-	-	-	-	-	-	(30.873)
Aquisição de ações de própria emissão.....	-	-	-	-	-	-	-	(2.551)	(2.551)
Plano de opção de compra de ações.....	-	1.922	-	-	-	-	-	1.922	1.922
Ajuste de avaliação patrimonial.....	-	-	-	3.600	-	-	-	3.600	3.600
Perda em operação de capital.....	-	-	(5.038)	-	-	-	-	(5.038)	(5.038)
Lucro líquido do exercício (Ajustado).....	-	-	-	-	-	-	-	150.725	150.725
Destinação do lucro do exercício:									
Reserva legal.....	-	-	-	-	-	7.601	-	(7.601)	-
Reserva para novos empreendimentos.....	-	-	-	-	-	-	105.995	(105.995)	-
Juros s/ capital próprio e dividendos propostos.....	-	-	-	-	-	-	(38.432)	(38.432)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	242.845	5.303	(111.697)	1.296	-	23.402	241.567 (157.793)	(1.303)	243.620
Compensação de prejuízos acumulados.....	-	-	-	-	-	-	-	1.303	-
Aumento de capital.....	32.209	-	-	-	-	-	-	-	32.209
Alienação de ações de própria emissão.....	-	2.550	-	-	-	-	-	3.369	5.919
Plano de opção de compra de ações.....	-	3.438	-	-	-	-	-	3.438	6.357
Ajuste de avaliação patrimonial.....	-	-	-	(589)	-	-	-	(589)	-
Resultado abrangente.....	-	-	-	-	1.694	-	-	1.694	1.694
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	286.559	286.559
Destinação do lucro do exercício:									
Reserva legal.....	-	-	-	-	-	14.327	-	(14.327)	-
Reserva para novos empreendimentos.....	-	-	-	-	-	-	190.970	(190.970)	-
Juros s/ capital próprio.....	-	-	-	-	-	-	(23.500)	(23.500)	-
Dividendos propostos.....	-	-	-	-	-	-	(47.762)	(47.762)	-
Proposta para aumento de capital.....	10.000	-	-	-	-	-	-	(10.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	285.054	11.291	(111.697)	707	1.694	37.729	431.234 (154.424)	-	501.588

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONSOLIDADO) PARA AS DATAS DE 01 DE JANEIRO DE 2009, 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital de ações	Ágio em transações de capital	Ajuste avaliação patrimonial	Resultado abrangente	Reservas de lucro		Lucros (prejuízos) acumulados	Participação de acionistas não controladores	Total
						Legal	Para novos empreendimentos			
Saldos em 1 de janeiro de 2009	273.718	3.381	(106.659)	(2.304)	-	15.801	159.068 (23.498)	(155.242)	-	294.422 (167.086)
Ajustes de adequação aos CPC's / IFRS.....	-	-	(106.659)	-	-	-	-	-	60.421	-
Saldos em 01 de janeiro de 2009 (Ajustado)	273.718	3.381	(106.659)	(2.304)	-	15.801	38.220	(155.242)	60.421	127.336
Redução de capital.....	(30.873)	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.873)
Aquisição de ações de própria emissão.....	-	-	-	-	-	-	-	(2.551)	-	(2.551)
Plano de opção de compra de ações.....	-	1.922	-	-	-	-	-	1.922	-	1.922
Ajuste de avaliação patrimonial.....	-	-	-	3.600	-	-	-	3.600	-	3.600
Perda em operação de capital.....	-	-	(5.038)	-	-	-	-	(5.038)	-	(5.038)
Lucro líquido do exercício (Ajustado).....	-	-	-	-	-	-	-	176.095	26.908	203.003 (3.656)
Redução da participação de acionistas não controladores.....	-	-	-	-	-	-	-	-	26.908	203.003 (3.656)
Destinação do lucro do exercício:										
Reserva legal.....	-	-	-	-	-	7.601	-	(7.601)	-	-
Reserva para novos empreendimentos.....	-	-	-	-	-	-	131.365	(131.365)	-	-
Juros s/ capital próprio e dividendos propostos.....	-	-	-	-	-	-	(38.432)	(38.432)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	242.845	5.303	(111.697)	1.296	-	23.402	169.585 (157.793)	(1.303)	83.673	255.311
Compensação de prejuízos acumulados.....	-	-	-	-	-	-	-	1.303	-	-
Aumento de capital.....	32.209	-	-	-	-	-	-	-	-	32.209
Alienação de ações de própria emissão.....	-	2.550	-	-	-	-	-	3.369	-	5.919
Plano de opção de compra de ações.....	-	3.438	-	-	-	-	-	3.438	-	6.857
Ajuste de avaliação patrimonial.....	-	-	-	(589)	-	-	-	(589)	-	-
Resultado abrangente.....	-	-	-	-	1.694	-	-	1.694	-	1.694
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	309.625	14.576	324.201 (243)
Redução da participação de acionistas não controladores.....	-	-	-	-	-	-	-	-	14.576	324.201 (243)
Destinação do lucro do exercício:										
Reserva legal.....	-	-	-	-	-	14.327	-	(14.327)	-	-
Reserva para novos empreendimentos.....	-	-	-	-	-	-	214.036	(214.036)	-	-
Juros s/ capital próprio.....	-	-	-	-	-	-	(23.500)	(23.500)	-	-
Dividendos propostos.....	-	-	-	-	-	-	(47.762)	(47.762)	-	-
Proposta para aumento de capital.....	10.000	-	-	-	-	-	-	(10.000)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	285.054	11.291	(111.697)	707	1.694	37.729	382.318 (154.424)	-	98.006	550.678

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
 A Lojas Americanas S.A. ("Companhia") se dedica ao comércio de varejo de produtos de consumo, através de 539 lojas (em 31 de dezembro de 2009 - 472 lojas), sendo 328 lojas no modelo tradicional e 211 lojas no modelo Americanas Express, situadas nas principais capitais e cidades do País e 3 centros de distribuição. A Companhia atua, também, (i) no comércio eletrônico, através da sua controlada B2W - Companhia Global do Varejo ("B2W"), que reúne os sites: www.americanas.com, www.submarino.com.br e www.shopline.com.br (este com as opções de compras através de canal de TV e catálogo), além de oferecer serviços de comércio eletrônico terceirizado para algumas das empresas líderes na área de bens de consumo (business to business to consumer - B2B2C) (ii) na venda de ingressos para eventos, shows, e pacotes turísticos através das suas controladas indiretas Ingresso.com S.A. (www.ingresso.com.br) e Submarino Viagens e Turismo Ltda., (iii) na exploração do desenvolvimento e sub-franquia no Brasil das atividades de locação, vendas de DVDs e games, sob a marca BLOCKBUSTER® através, principalmente, das lojas modelo Americanas Express e da controlada BWU - Comércio e Entretenimento S.A. ("BWU"), bem como aluguel de filmes por telefone e internet (www.blockbuster.com.br) através de controlada indireta e (iv) através das suas controladas em conjunto, FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FAI") e Facilita Promotora S.A. ("Facilita"), na oferta de operações permitidas nas disposições legais e regulamentares, as sociedades de crédito, financiamento e investimento, que incluem empréstimo pessoal, nas modalidades de cheque e cartão, seguros, bem como a emissão e administração de cartões de créditos de marca própria ("Private Label") e cartão VISA e MASTERCARD ("Co-branded").

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 As Demonstrações Financeiras individuais da controladora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, bem como para a data de 01 de janeiro de 2009 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as Demonstrações Financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos do CPC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.
 A autorização para conclusão da preparação destas Demonstrações Financeiras pela Administração ocorreu em 16 de março de 2011.
 A preparação das Demonstrações Financeiras da controladora e consolidadas requer o uso de premissas e estimativas por parte da Administração da Companhia que impactam os saldos ativos e passivos. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. As áreas que envolvem maior nível de julgamento e/ou o uso de estimativas e premissas relevantes para as Demonstrações Financeiras estão divulgadas na Nota 3.
 A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, não superior a um ano.
 A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados pelo valor justo). Os valores ativos e/ou passivos que representam itens objeto de "hedge" a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações no valor justo relacionadas aos riscos objeto de "hedge".
 Os efeitos da adoção das IFRS e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na Nota 4.

As Demonstrações Financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, conforme requerido pela legislação brasileira vigente, sendo que para fins de IFRS estes investimentos deverão ser avaliados a custo ou ao valor justo, bem como a manutenção do saldo do ativo diferido existente em 31 de dezembro de 2008, o qual vem sendo amortizado, sendo que para fins de IFRS estes gastos não se qualificam para reconhecimento como ativo. Dessa forma, essas Demonstrações Financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS.
Crítérios de consolidação
 As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras da controladora Lojas Americanas S.A. e daquelas empresas, onde a Companhia detém o controle (direta ou indiretamente), bem como aquelas onde o controle é compartilhado, detalhadas na Nota 10. Os exercícios sociais das subsidiárias e controladas em conjunto incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e suas práticas contábeis são uniformes.
 Conforme previsto Pronunciamento Técnico CPC 19 (IAS 31) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*), a consolidação da FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FAI"), bem como da Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda. (controlada em conjunto indireta), foram efetuadas proporcionalmente à participação da controladora no capital dessas empresas (50%), por se tratar de empresas cujo controle é compartilhado, conforme definido em acordo de acionistas daquelas controladas em conjunto.
 As controladas e controladas em conjunto são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data que cessa tal controle.

As subsidiárias são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data que cessa tal controle.
 O processo de consolidação das contas patrimoniais e o resultado das empresas, corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações: (i) participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas; (ii) dos saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as companhias; e (iii) dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

Os principais valores, já considerado o percentual de participação (direto e indireto), das Demonstrações Financeiras da controlada em conjunto direta consolidada proporcionalmente, são como segue:

FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento:
 Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

	31.12.2010	31.12.2009	Passivo	31.12.2010	31.12.2009
Ativo			Circulante		
Demonstração consolidada			Depósitos		
Disponibilidades.....	1.886	1.324	interfinanceiros.....	282.686	211.055
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	6.372	12.822	Operações com cartão de crédito.....	268.660	203.308
Operações de crédito.....	442.524	335.044	Outros.....	27.224	8.126
Outros.....	13.260	26.038			
	464.042	375.228	Não circulante	578.570	422.489
Não circulante			Realizável a longo prazo		
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	88.838	46.3			

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução do valor:

- (i) Agio pago por expectativa de rentabilidade futura
Teste de perda por redução do valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.
(ii) Ativos intangíveis
Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ou valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.
Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável.
Impostos
O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.
Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios.
A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Os fundamentos e natureza da provisão para contingências estão descritos na Nota 19.
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.
b) Aparentação do resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se o seguinte:

- As receitas de vendas de mercadorias e serviços que incluem o frete cobrado de clientes, no consolidado, oriundo da controlada B2W, são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros pelos seus valores brutos e deduzidas de descontos incondicionais, devoluções, ajuste a valor presente calculado sobre as vendas a prazo e os impostos sobre as vendas. Os pedidos de venda da controlada B2W aprovados pelas administradoras de cartões de crédito, cujos produtos ainda não foram faturados, nem entregues aos clientes, e as vendas de vales-presentes que se encontram em poder dos clientes e que serão utilizados futuramente são registrados como "outras obrigações" classificadas no passivo circulante. Na controlada em conjunto FAI, a receita de juros é registrada segundo o regime de competência e adicionada ao montante de principal das operações de crédito em cada período. A apropriação de juros é geralmente descontinuada em todas as operações de crédito que não sejam consideradas como cobráveis em relação ao principal ou aos juros, a menos que o recebimento do principal e dos juros seja assegurado por caução, penhor ou outras garantias e esteja em processo de cobrança.
- O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados incluem o custo de aquisição de mercadorias e custos com serviços, deduzido das bonificações em produtos recebidas dos fornecedores, quando aplicável. Nas controladas em conjunto FAI e SUBMARINO FINANCE, incluem as despesas da intermediação financeira com as operações de captação no mercado;
- As despesas com publicidade são reconhecidas no resultado quando da sua efetiva veiculação deduzido da participação dos fornecedores;
- Despesas com frete, na controladora, relacionadas ao transporte de mercadorias entre os centros de distribuição e as lojas físicas, são incorporadas ao custo. Na controlada B2W, as despesas com fretes relacionadas à entrega de mercadorias ao consumidor são classificadas como despesas com vendas.
c) Moeda estrangeira
A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras da controladora e consolidadas.
Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas de transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

d) Caixa e equivalentes de caixa
Incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data de contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.
e) Contas a receber de clientes
As contas a receber junto as administradoras de cartões de crédito estão apresentadas líquidas do ajuste a valor presente, calculado sobre a parcela das vendas e da provisão para crédito de liquidação duvidosa. As vendas efetuadas por meio de operações corporativas, projetos de fidelidade e acordos comerciais estão registradas na rubrica "Demais contas a receber".
f) Estoques
Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, ajustados pelo efeito do ajuste a valor presente de fornecedores (compras a prazo), das bonificações recebidas dos fornecedores, quando aplicável, que não excede o seu valor de realização líquido.
g) Investimentos em controladas e controladas em conjunto
Os investimentos da Companhia em empresas controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme Pronunciamento Técnico CPC 18 (IAS 28) para fins de Demonstrações Financeiras da controladora. As práticas contábeis utilizadas pelas controladas e controladas em conjunto são uniformes em relação às da controladora e a data base das Demonstrações Financeiras utilizadas no cálculo da equivalência patrimonial é coincidente ou da Companhia.
Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento nas controladas e nas controladas em conjunto é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas empresas.

A participação societária nas controladas e controladas em conjunto é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das investidas.
h) Imobilizado
O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável.
A depreciação de bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 12 que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. A amortização das benfeitorias em imóveis alugados é calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de locação. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (IAS 16) e ICPN 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado, há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e CPC 43.
A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional, bem como pela revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, o que vem sendo feito consistentemente pela Companhia ao longo dos anos e (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.
O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.
i) Intangível
Os ágios apurados nas aquisições de investimentos, inclusive de incorporação, decorrentes de expectativa de rentabilidade futura, foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 utilizando os prazos de 5 a 10 anos, conforme proporção dos resultados futuros esperados nas investidas. Os valores de ágios por expectativa de rentabilidade futura não são mais amortizados a partir de 1º de janeiro de 2009 e têm o seu valor recuperável testado anualmente ou sempre que julgado necessário. Os gastos relacionados com o desenvolvimento de web sites (principal canal de vendas da controlada B2W), tais como desenvolvimento de aplicativos operacionais e infraestrutura tecnológica (compra e desenvolvimento interno de softwares e instalação de aplicativos nos sites), bem como desenvolvimento gráfico são registrados no intangível, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 04 (IAS 38), sendo amortizados de forma linear considerando o prazo estipulado de sua utilização e benefícios a serem auferidos na Nota 13.
Outros ativos intangíveis, tais como licenças de uso e direito de uso de software, são registrados ao seu custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos intangíveis na Nota 13.
j) Arrendamento mercantil
Arrendamento financeiro
Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota 12. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.
Arrendamento operacional
São reconhecidos no resultado do exercício pelos pagamentos efetuidos em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo o regime de competência dos exercícios.
k) Custos de empréstimos
Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados sem destinação específica, mas utilizados com o propósito de adquirir e/ou construir ativo que requer um tempo significativo para ser concluído ("ativo qualificável") são capitalizados, pela controlada B2W, durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. O montante dos encargos sobre empréstimos capitalizados é obtido através da aplicação da taxa média ponderada dos empréstimos que estiverem vigentes durante o período sobre os investimentos realizados na obtenção do ativo qualificável, e não excede o montante dos custos de empréstimos incorridos durante o período.
Na Companhia, os impactos da contabilização dos custos dos empréstimos tomados com o propósito de adquirir e/ou construir ativos qualificáveis não são relevantes, em função do pouco tempo empregado na montagem das lojas (seu principal ativo qualificável) e, portanto, não foram contabilizados.
l) Ativo diferido
Em conexão com a Lei nº 11.941/09 e CPC 43, a Companhia (controladora) optou em manter até a sua relação total, no grupo Ativo Diferido, os saldos relacionados com despesas pré-operacionais que apresentam evidência de recuperabilidade, para amortização durante o prazo dos benefícios esperados. O efeito da manutenção do saldo de Ativo Diferido é totalmente eliminado na preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas nas Notas 4 e 14.
m) Imposto de renda e contribuição social
As despesas com imposto de renda e com contribuição social representam a soma dos impostos correntes e diferidos.
Impostos correntes
As provisões para imposto de renda e para contribuição social estão baseadas no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 9% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 10% sobre o lucro contábil ajustado, e incluem, quando aplicável, os lucros auferidos no exterior pelas controladas Kilnli Services Ltd. e Louise Holdings Ltd. e, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% da base tributável. No caso da controlada

em conjunto FAI, a alíquota de contribuição social sobre o lucro tributável é de 15% conforme Lei nº 11.727/08. As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas individualmente (por empresa do Grupo) com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.
Impostos diferidos
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os seus correspondentes valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e a contribuição social diferidos forem realizados. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.
Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos apenas se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.
n) Ajuste a valor presente
As operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 11,33% a.a. em 31 de dezembro de 2010 (11,76% a.a. e 13,08% a.a. em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, respectivamente) sendo a mínima de 8,50% a.a. em 31 de dezembro de 2010 (9,27% a.a. e 11,06% a.a. em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, respectivamente) e máxima de 13,84% a.a. em 31 de dezembro de 2010 (17,79% a.a. e 15,00% a.a. em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, respectivamente), base das captações para os respectivos períodos. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas "Fornecedores" e "Estoques" na Nota 7 e sua reversão tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras", pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados na rubrica "Custo das mercadorias vendidas".
As operações de vendas a prazo, com o mesmo valor de venda à vista, prefixadas, representadas principalmente por vendas a prazo com cartões de crédito, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. O mesmo tratamento foi dado aos impostos incidentes sobre essas vendas, considerando-se a alíquota efetiva dos mesmos. Utilizou-se a taxa média de 10,64% a.a. em 31 de dezembro de 2010 (11,76% a.a. e 14,25% a.a. em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, respectivamente) sendo a mínima de 9,68% a.a. em 31 de dezembro de 2010 (9,27% e 11,76% a.a. em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, respectivamente) e máxima de 11,69% a.a. em 31 de dezembro de 2010 (17,79% a.a. e 19,03% a.a. em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, respectivamente), base dos descontos dos recebíveis nas respectivas datas base. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber de clientes" na Nota 6 e sua realização é registrada na rubrica "Receitas financeiras", pela fruição do prazo.

o) Instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e derivativos. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data base de fechamento das Demonstrações Financeiras, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: (i) ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis, (iv) ativos financeiros disponíveis para a venda.
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.
Investimentos mantidos até o vencimento: Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Companhia tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perda do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva.
Empréstimos e recebíveis: Após reconhecimento inicial, empréstimos e recebíveis sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos e ativos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.
Ativos financeiros disponíveis para venda: Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente. Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do exercício no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.
A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos para minimizar sua exposição a esses riscos, tais como contratos de swaps para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo (valor de mercado) em cada data de divulgação de balanço. Tendo em vista que a Companhia e suas controladas fazem uso de derivativos com o objetivo de proteção ("hedger"), é adotada a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção ("hedger accounting").
A Companhia e suas controladas não possuem hedge de fluxo de caixa ou hedge de investimentos no exterior.

Os empréstimos e financiamentos estão inicialmente mensurados pelo valor justo líquidos dos custos de transação incorridos. Os empréstimos e financiamentos não cobertos por instrumentos de proteção são subsequentemente mensurados ao custo amortizado através do método dos juros efetivos, enquanto aqueles cobertos sujeitos à contabilidade de hedge ("hedger accounting"), são ajustadas pelos efeitos do valor justo dos riscos cobertos.
Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.
p) Programas de opção de compra de ações e compra de ações financiadas
O valor justo dos respectivos instrumentos patrimoniais é calculado na data da outorga dos programas de subscrições (Companhia) e opções de compra de ações (controlada B2W), com base em modelos de precificação usualmente adotados pelo mercado. Estes modelos são calculados utilizando-se premissas tais como valor de mercado da ação, preço de exercício da opção, volatilidade do preço das ações da Companhia e da controlada B2W (calculada com base no histórico do preço de suas ações), taxa de juros livre de risco, prazo de vigência do contrato ("vesting period") e expectativa de distribuição de dividendos. Os custos de remuneração atrelados a estes programas são registrados pelo método linear durante o período de prestação de serviços pelo seu beneficiário, considerando a expectativa de desistência. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações estão divulgados na Nota 21.
q) Outros ativos e passivos
Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia, suas controladas e sua controlada em conjunto, decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.
Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia, suas controladas e sua controlada em conjunto, possui em uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.
Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.
r) Lucro líquido por ação
Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33), o lucro líquido é calculado e apresentado no formato básico e diluído, conforme descrito na Nota 26.
s) Demonstrações dos fluxos de caixa
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (IAS 7).
t) Apresentação de informações por segmento
Segmentos operacionais são reportados de forma consistente com a estrutura organizacional e com relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor Superintendente da Companhia. As informações por segmento foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 22 (IFRS 8) e estão divulgadas na Nota 29.
u) Demonstração do valor adicionado ("DVA")
Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras individuais e como informação suplementar às Demonstrações Financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.
A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. ADOÇÃO INICIAL DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE
Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras da Companhia (controladora e consolidada) eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da CVM, pronunciamentos técnicos do CPC até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).
A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC e aprovadas pela CVM para as demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas e conforme o padrão contábil internacional ("IFRS"), emitidos pelo "International Accounting Standards Board - IASB" para as demonstrações financeiras consolidadas.
O CPC 37R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira da controladora e consolidada e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas demonstrações em CPC (aplicação de todos as normas) e IFRS, sendo que a Companhia adotou como data de transição para 1 de janeiro de 2009. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, consequentemente as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovadas pelo CPC.
As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, incluindo as reconciliações do Patrimônio Líquido e do Resultado, com aquelas adotadas na apresentação das informações financeiras comparativas estão descritas abaixo.
As Demonstrações Financeiras individuais para o exercício final em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs e as Demonstrações Financeiras consolidadas também considerando a aplicação integral dos CPCs e de acordo com o "International Financial Reporting Standard - IFRS".
Exceções obrigatórias e isenções à aplicação retrospectiva
O CPC 37R (IFRS 1) permite às empresas a adoção de certas isenções voluntárias. A Companhia efetuou análise de todas as isenções voluntárias, sendo apresentado abaixo o resultado da análise dessas isenções sobre as suas operações e o tratamento dado pela Companhia (com indicação a correspondente Norma Internacional):
As isenções a seguir são aplicáveis às operações:
a) Isenção para combinações de negócios: a Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 15 (IFRS 3R) a partir do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2009;
b) Isenção para apresentação do valor justo de imobilizado como custo de aquisição: a Companhia optou por não mensurar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo de aquisição adotado no BRGAAP como valor do imobilizado, levando em consideração sua avaliação dos itens que compõe o saldo deste ativo e a relevância deste critério;
As isenções a seguir não são aplicáveis às operações e não impactam nas demonstrações financeiras na data da adoção inicial:
a) Benefícios a empregados. Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19): a Companhia não possui plano de previdência privada caracterizados como plano de benefício definido;
b) Contratos de seguros. Pronunciamento Técnico CPC 11 (IFRS 4): A norma não é aplicável às operações da Companhia;
c) Contratos de concessão. ICPN 01 (IFRIC 12): A Companhia não possui operações de concessão

de serviços públicos;
d) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 02 (IAS 21): A norma não é aplicável às operações da Companhia.
e) Isenção relativa à mensuração de instrumentos financeiros compostos: A Companhia não possui operações com passivos financeiros compostos.
f) Investimentos em controladas, ativos e passivos de controladas, passivos em desativação e transferências de ativos de cliente: Estas normas, que resumidamente permitem adoção de data de transição diversa de 1º de janeiro de 2009 para estes assuntos, não trazem impactos práticos na primeira adoção dos CPCs pela Companhia.
O CPC 37R (IFRS 1), além das isenções voluntárias, também proíbe expressamente o ajuste de determinadas transações na primeira adoção, pois exigiria que a administração efetuasse análises de condições passadas, após o resultado das respectivas transações. As exceções obrigatórias contemplam:

- a) Contabilização de baixa de ativos e passivos financeiros: A Companhia não efetuou ajustes retrospectivos em seus ativos e passivos financeiros, para fins de primeira aplicação do CPC;
- b) Registro de operações de hedge: O CPC 37R (IFRS 1) proíbe a aplicação retrospectiva da metodologia de "hedger accounting". Todavia, uma vez que todos os instrumentos de hedge da Companhia já estavam adequadamente designados como tal na data de transição, esta proibição não gera efeitos para fins da primeira aplicação dos CPCs;
- c) Mudanças nas estimativas: As estimativas adotadas na transição para o CPC são consistentes com as estimativas adotadas pelos critérios contábeis anteriores;
- d) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros: A Companhia não possui operações que estivessem sujeitas a estas normas.

Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras anteriormente apresentadas
Em conformidade com o CPC 37R (IFRS 1) a Companhia apresenta a conciliação do ativo, passivo, resultado, patrimônio líquido e fluxos de caixa, da Controladora e Consolidada, das informações tornadas públicas anteriormente nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 1º de janeiro de 2009 (data de transição) e 31 de dezembro de 2009, preparados originalmente de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP) vigentes até 31 de dezembro de 2009 com as normas internacionais, considerando os CPCs vigentes em 2010.
Balanço patrimonial na data de transição (1º de janeiro de 2009)

Controladora		Consolidado			
Originalmente publicado	Ajustes	Reapresentado de acordo com os novos CPCs	Nota	Originalmente publicado	Reapresentado de acordo com IFRS
Caixa e equivalentes de caixa.....	55.741	-	-	112.690	-
Títulos e valores mobiliários.....	1.025.618	-	-	2.172.195	-
Contas a receber de clientes.....	176.073	17.021	(a)	888.905	68.040
Estoques.....	656.178	(10.813)	(b)	1.000.246	(14.253)
Impostos a recuperar.....	85.891	-	-	122.506	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	44.305	(44.305)	(c)	150.863	(150.863)
Dividendos a receber.....	10.378	-	-	-	-
Despesas antecipadas.....	31.419	(26.890)	(d)	144.944	(114.684)
Demais contas a receber.....	74.651	68.342	(a)	138.271	68.342
2.159.254	3.355	2.162.609		4.730.620	(143.418)

Originalmente publicado	Ajustes	Nota	Originalmente publicado	Ajustes	IFRS
Caixa e equivalentes de caixa.....	55.741	-	112.690	-	112.690
Títulos e valores mobiliários.....	1.025.618	-	2.172.195	-	2.172.195
Contas a receber de clientes.....	176.073	17.021	888.905	68.040	956.945
Estoques.....	656.178	(10.813)	1.000.246	(14.253)	985.993
Impostos a recuperar.....	85.891	-	122.506	-	122.506
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	44.305	(44.305)	-	-	-
Dividendos a receber.....	10.378	-	-	-	-
Despesas antecipadas.....	31.419	(26.890)	144.944	(114.684)	30.260
Demais contas a receber.....	74.651	68.342	138.271	68.342	206.613
2.159.254	3.355		4.730.620	(143.418)	4.587.202

Originalmente publicado	Ajustes	Nota	Originalmente publicado	Ajustes	IFRS
Caixa e equivalentes de caixa.....	55.741	-	112.690	-	112.690
Títulos e valores mobiliários.....	1.025.618	-	2.172.195	-	2.172.195
Contas a receber de clientes.....	176.073	17.021	888.905	68.040	956.945
Estoques.....	656.178	(10.813)	1.000.246	(14.253)	985.993
Impostos a recuperar.....	85.891	-	122.506	-	122.506
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	44.305	(44.305)	-	-	-
Dividendos a receber.....	10.378	-	-	-	-
Despesas antecipadas.....	31.419	(26.890)	144.944	(114.684)	30.260
Demais contas a receber.....	74.651	68.342	138.271	68.342	206.613
2.159.254	3.355		4.730.620	(143.418)	4.587.202

Originalmente publicado	Ajustes	Nota	Originalmente publicado	Ajustes	IFRS
Caixa e equivalentes de caixa.....	55.741	-	112.690	-	112.690
Títulos e valores mobiliários.....	1.025.618	-	2.172.195	-	2.172.195
Contas a receber de clientes.....	176.073	17.021	888.905	68.040	956.945
Estoques.....	656.178	(10.813)	1.000.246	(14.253)	985.993
Impostos a recuperar.....	85.891	-	122.506	-	122.506
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	44.305	(44.305)	-	-	-
Dividendos a receber.....	10.378	-	-	-	-
Despesas antecipadas.....	31.419	(26.890)	144.944	(114.684)	30.260
Demais contas a receber.....	74.651	68.342	138.271	68.342	206.613
2.159.254	3.355		4.730.620	(143.418)	4.587.202

Originalmente publicado	Ajustes	Nota	Originalmente publicado	Ajustes	IFRS
Caixa e equivalentes de caixa.....	55.741	-	112.690	-	112.690
Títulos e valores mobiliários.....	1.025.618	-	2.172.195	-	2.172.195
Contas a receber de clientes.....	176.073	17.021	888.905	68.040	956.945
Estoques.....	656.178	(10.813)	1.000.246	(14.253)	985.993
Impostos a recuperar.....	85.891	-	122.506	-	122.506
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	44.305	(44.305)	-	-	-
Dividendos a receber.....	10.378	-	-	-	-
Despesas antecipadas.....	31.419	(26.890)	144.944	(114.684)	30.260
Demais contas a receber.....	74.651	68.342	138.271	68.342	206.613
2.159.254	3.355		4.730.620	(143.418)	4.587.202

Originalmente publicado	Ajustes
-------------------------	---------



Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Controladora		Consolidado		Reapresentado de acordo com o IFRS	
	Originalmente publicado	Ajustes	Originalmente publicado	Ajustes		
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	4.609.469	-	4.609.469	8.334.981	(160.294)	8.174.687
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(3.218.433)	122	(3.218.311)	(b) (5.577.531)	159.028	(5.598.503)
LUCRO BRUTO	1.391.036	122	1.391.158	2.757.450	(1.266)	2.576.184
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Com vendas	(693.528)	-	(693.528)	(f) (1.347.192)	(6.087)	(1.353.279)
Gerais e administrativas	(46.829)	-	(46.829)	(118.071)	-	(118.071)
Honorários dos administradores	(6.692)	-	(6.692)	(11.901)	-	(11.901)
Depreciação e amortização	(120.987)	-	(120.987)	(e) (184.333)	45.804	(138.529)
Participação em controladas e controlada em conjunto	11.657	477	12.134	(f)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(20.202)	(11.997)	(32.199)	(h) (103.928)	(11.997)	(115.925)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	514.455	(11.398)	503.057	812.025	26.454	838.479
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	105.594	(8.147)	97.447	306.478	(38.661)	267.817
Despesas financeiras	(402.643)	17.325	(385.818)	(a), (k) (854.951)	54.087	(800.864)
Lucro do exercício antes do imposto de renda, contribuição social e das participações	217.406	(2.220)	215.186	263.552	41.880	305.432
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(53.687)	-	(53.687)	(79.989)	-	(79.989)
IR Diferido	(4.331)	917	(3.414)	(g), (h) (3.423)	(11.561)	(14.984)
Participações de empregados	(7.360)	-	(7.360)	(7.456)	-	(7.456)
Participação de não controladores	-	-	-	(20.656)	(6.252)	(26.908)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	152.028	(1.303)	150.725	152.028	24.067	176.095

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Controladora		Consolidado	
	Originalmente publicado	Ajustes	Originalmente publicado	Ajustes
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	152.028	(1.303)	150.725	
Ajustes ao lucro líquido:				
Depreciação e amortização	137.756	-	137.756	
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	10.491	-	10.491	
Participações em controladas	(f) (11.657)	(477)	(12.134)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(a), (b), (e), (f), (g), (h) 4.331	(917)	3.414	
Juros sobre créditos	(1.663)	-	(1.663)	
Juros e variações sobre financiamentos e demais débitos	234.457	-	234.457	
Ajuste da Provisão para contingências	16.500	-	16.500	
Pagamento baseado em ações	1.922	-	1.922	
Provisão para devedores duvidosos	636	-	636	
Outros	(i) (1.112)	7.499	6.387	
Lucro líquido ajustado	543.689	4.802	548.491	
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(66.866)	(102.143)	(169.009)	
Estoques	(b) (114.114)	(122)	(114.236)	
Impostos a recuperar	(25.937)	-	(25.937)	
Despesas antecipadas (circulante e não circulante)	(a) 17.287	(17.325)	(38)	
Depósitos judiciais	(606)	-	(606)	
Demais contas a receber (circulante e não circulante)	(d) (9.272)	(7.675)	(16.947)	
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	(199.508)	(127.265)	(326.773)	
Fornecedores	(d) 238.252	7.675	245.927	
Salários e encargos trabalhistas	1.357	-	1.357	
Impostos, taxas e contribuições (circulante e não circulante)	9.443	-	9.443	
Pagamento de contingências (circulante e não circulante)	(17.835)	-	(17.835)	
Empréstimos e adiantamentos de sociedades controladas	(5.085)	-	(5.085)	
Demais contas a pagar (circulante e não circulante)	34.236	-	34.236	
Caixa líquido gerado atividades operacionais	260.368	7.675	268.043	
Caixa líquido gerado atividades operacionais	604.549	(114.788)	489.871	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários	(110.002)	-	(110.002)	
Investimentos em controladas	(3.812)	-	(3.812)	
Imobilizado	(75.082)	(1)	(75.083)	
Intangível	(g) (23.819)	12.646	(11.173)	
Dividendos recebidos	10.378	-	10.378	
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(202.337)	12.645	(189.692)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante):				
Captações	893.491	-	893.491	
Liquidações	(1.035.987)	-	(1.035.987)	
Debêntures (circulante e não circulante)	(115.673)	-	(115.673)	
Desconto de recebíveis	(a) (102.143)	102.143	-	
Contas a receber plano de ações	16.311	-	16.311	
Dividendos e participações pagos	(37.400)	-	(37.400)	
Recuperação de ações de própria emissão	(2.551)	-	(2.551)	
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(383.952)	102.143	(281.809)	
Aumento (diminuição) nas disponibilidades	18.280	-	18.280	
Disponibilidades no início do exercício	55.741	-	55.741	
Disponibilidades no final do exercício	74.001	-	74.001	
Aumento (diminuição) nas disponibilidades	18.280	-	18.280	

	Consolidado		Reapresentado de acordo com o IFRS
	Originalmente publicado	Ajustes	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	152.028	24.067	176.095
Ajustes ao lucro líquido:			
Depreciação e amortização	(e) 201.102	(45.804)	155.298
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	11.508	(1.399)	10.109
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(b) 3.423	11.561	14.984
Juros sobre créditos	(1.663)	-	(1.663)
Juros e variações sobre financiamentos e demais débitos	(x) 431.497	(7.910)	423.587
Ajuste da Provisão para contingências	45.250	-	45.250
Pagamento baseado em ações	1.922	-	1.922
Provisão para devedores duvidosos	92.705	6.087	98.792
Outros	(i) (44.650)	46.850	2.200
Participação de não controladores	(j) 21.893	5.015	26.908
Lucro líquido ajustado	915.015	38.467	953.482
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	(21.964)	(133.077)	(155.041)
Estoques	(b) (254.462)	1.266	(253.196)
Impostos a recuperar	(48.634)	-	(48.634)
Despesas antecipadas (circulante e não circulante)	(a) 62.775	(46.178)	16.597
Depósitos judiciais	(7.147)	-	(7.147)
Demais contas a receber (circulante e não circulante)	(d) 18.265	(37.040)	(18.775)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	(251.167)	(215.029)	(466.196)
Fornecedores	(d) 181.407	37.040	218.447
Salários e encargos trabalhistas	122	-	122
Impostos, taxas e contribuições (circulante e não circulante)	11.563	-	11.563
Pagamento de contingências (circulante e não circulante)	(35,048)	-	(35,048)
Empréstimos e adiantamentos de sociedades controladas	97.640	-	97.640
Demais contas a pagar (circulante e não circulante)	255.684	37.040	292.724
Caixa líquido gerado atividades operacionais	919.532	(139.522)	780.010
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Títulos e valores mobiliários	110.847	-	110.847
Imobilizado	(111,337)	-	(111,337)
Intangível	(g) (143,952)	6,445	(137,507)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(144,442)	6,445	(137,997)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante):			
Captações	1.454.440	-	1.454.440
Liquidações	(1.867.740)	-	(1.867.740)
Debêntures (circulante e não circulante)	(413.300)	-	(413.300)
Desconto de recebíveis	(168,326)	-	(168,326)
Contas a receber plano de ações	(a) 16,311	133,077	16,311
Dividendos e participações pagos	(45,057)	-	(45,057)
Recuperação de ações de própria emissão	(2,551)	-	(2,551)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(746,000)	133,077	(612,923)
Aumento (diminuição) nas disponibilidades	29,090	-	29,090
Disponibilidades no início do exercício	112,690	-	112,690
Disponibilidades no final do exercício	141,780	-	141,780
Aumento (diminuição) nas disponibilidades	29,090	-	29,090

Resumo dos ajustes realizados

	Controladora		Consolidado	
	Originalmente publicado	Ajustes	Originalmente publicado	Ajustes
Conforme adoção do CPCs				
Ajuste de desreconhecimento de antecipação de recebíveis	(a) 691	9.869	(1.128)	
Ajuste de bonificação de estoques	(b) 10.991	10.813	(1.177)	
Ajuste investimentos	(f) 9.388	9.645	(477)	
Ajuste ágio reflexo	(g) 106.659	106.659	-	
Ajuste compra e venda ações B2W	(h) 12.956	-	11.997	
Ajuste PDD - FAI	(i) 20.496	14.409	6.087	
Ajuste participação acionistas minoritários	(j) (23.626)	(23.323)	6.252	
Reclassificação minoritários PL	(83.673)	(66.828)	-	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(76.041)	(91.669)	11.561	
BR GAAP (vigente até 31.12.2009)	380.116	294.422	152.028	

Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado do exercício da Controladora com o Consolidado conforme adoção do CPCs

	Nota	Patrimônio líquido			Resultado do exercício	
		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009
Controladora		501.588	243.620	164.267	286.559	150.725
Baixa do diferido/reversão amortização	(e)	(93.419)	(135.546)	(181.350)	42.127	45.804
Reclassificação minoritários para o patrimônio líquido	(f)	98.006	83.673	66.828	-	-
Ajuste participação dos acionistas não controladores	(i)	15.079	17.467	15.931	(4.737)	(4.860)
IR e CSLL diferidos	(j)	29.424	46.097	61.660	(14.324)	(15.574)
Consolidado		550.678	255.311	127.336	309.625	176.995

As principais ajustes e reclassificações estão descritos a seguir:
a) Antecipação de recebíveis: Os recebíveis descontados junto às operadoras de cartões de crédito, registrados até então como redutores do saldo de contas a receber até o seu vencimento original, qualificaram para desreconhecimento, de acordo com o CPC 38. Consequentemente, o ajuste a valor presente, anteriormente calculado sobre o total do saldo a receber das administradoras de cartões de crédito, foi recalculado desconsiderando a parcela dos ativos desreconhecidos, resultando na aceleração de sua realização, a qual foi registrada como "Receita Financeira". Similarmente, os juros incorridos sobre a antecipação de recebíveis com as administradoras de cartões de crédito, anteriormente registrados como despesas antecipadas e apropriados ao resultado do exercício de acordo com o vencimento original dos recebíveis descontados, foi integralmente reconhecido como "Despesa Financeira".
b) Bonificações: De acordo com CPC 16, descontos comerciais, abatimentos, bonificações, e/ou outras verbas recebidas no fornecimento são deduzidos na determinação do custo do estoque e somente são reconhecidos no resultado no momento da venda do produto ao qual estão vinculados. Este ajuste refere-se ao estorno das verbas recebidas de fornecedores, cujo produto vinculado ainda não havia sido vendido na data base de preparação das demonstrações financeiras.
c) Reclassificação dos impostos diferidos para o ativo não circulante: O CPC 26 veda a classificação dos impostos diferidos como ativos e/ou passivos circulantes.
d) Contas a receber de bonificações: O saldo a receber de bonificações, antes apresentado como redutor do saldo a pagar a fornecedores, foi reclassificado para o ativo circulante, conforme CPC 26 que impõe a compensação de saldos ativos e passivos, exceto quando exista condição legal em relação à sua liquidação desta forma.
e) Baixa do ativo diferido: Ajuste referente à baixa do ativo diferido, bem como a reversão de sua correspondente despesa de amortização nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme requerido pelo CPC 43 (R1) para que estas demonstrações financeiras fiquem de acordo com os IFRS.
f) Investimentos: Ajustes decorrentes do efeito IFRS nas controladas B2W - Companhia Global do Varejo e FAI - Financeira Americanas Itau S.A.
g) Reclassificação do ágio reflexo de ativo intangível para patrimônio líquido: Ajuste decorrente da reclassificação para o patrimônio líquido do ágio reflexo relativo à aquisição pela controlada B2W de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria (Nota 21 e).
h) Transações com ações de controladas: Ajuste decorrente da transferência para o patrimônio líquido das transações de venda e compra envolvendo ações da controlada B2W, com o respectivo estorno do ganho incorrido na alienação e ágio apurado na compra.
i) Provisão devedores duvidosos na controlada em conjunto FAI: Ajuste relativo ao alinhamento da metodologia de cálculo da provisão para devedores duvidosos na controlada em conjunto, anteriormente calculada de acordo com as regras do Banco Central do Brasil, às requeridas pelos CPCs e IFRS.
j) Participação acionistas não controladores: Ajuste referente à reclassificação da participação dos acionistas não controladores para o patrimônio líquido, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 / IAS 1F.
k) Capitalização de juros: O CPC 20 requer a capitalização dos custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, à construção e/ou à produção de um ativo qualificável. O ajuste em questão refere-se à capitalização dos custos dos empréstimos relacionados aos desenvolvimentos de softwares e websites da Companhia.
l) Receita líquida: Parcela do resultado de bonificações antes registrada como receita de vendas, foi reclassificada como redutora do custo das mercadorias vendidas.
m) Representação das Informações Trimestrais de 2010, comparativamente com as de 2009 também ajustadas pelos CPCs vigentes a partir de 31 de dezembro de 2010
 Conforme permitido pela Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011, a Companhia optou pela representação das Informações Trimestrais para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010 quando da apresentação das Informações Trimestrais do trimestre findo em 31 de março de 2011. Desta forma, conforme requerido por esta Deliberação CVM, a Companhia apresenta abaixo os efeitos no resultado e no patrimônio líquido dos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010 e 2009, decorrentes da adoção dos CPCs vigentes a partir de 31 de dezembro de 2010.

	Reconciliação do patrimônio líquido (controladora):					
	30.09.2010	30.06.2010	31.03.2010	30.09.2009	30.06.2009	31.03.2009
Patrimônio líquido representado (de acordo com os novos CPCs)	419.473	325.011	286.600	147.227	146.848	169.225
Ajuste de bonificação de estoques	6.611	4.827	4.352	6.783	4.232	9.248
Ajuste de desreconhecimento de antecipação de recebíveis	-	-	-	4.896	8.510	10.930
Ajuste investimentos	(4.521)	929	6.108	11.092	8.077	8.910
Ajuste ágio reflexo	106.659	106.659	106.659	106.659	106.659	106.659
Ajuste compra e venda ações B2W	-	-	-	-	-	-
Revisão da vida útil do imobilizado e intangível	(18.811)	(13.096)	(7.011)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.148	2.811	904	(3.971)	(4.332)	(6.861)
Patrimônio líquido originalmente divulgado	526.515	440.097	410.568	279.106	271.292	298.111
Reconciliação do lucro líquido do trimestre (controladora):	30.09.2010	30.				



c) Movimentação dos investimentos na controladora

	B2W Companhia Global do Varejo	BWU Comércio e Entreten- imento S.A.	Lojas Americanas Home Shopping Ltda.	Frejão Administração e Partici- pações Ltda.	Vitória Partici- pações S.A.	FAI- Financieira Americana Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Louise Holdings Ltda.	Klanil Services Ltd.	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2009	107.876	319.105	1.801	-	18.540	25.541	43.725	-	516.588
Efeito do ágio na aquisição pela controladora de ações de própria emissão	(463)	-	-	-	-	-	-	-	(463)
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	3.812	-	3.812
Equivalência patrimonial:									
Participação no resultado	28.768	24.857	-	-	(10.179)	(16.322)	(9.990)	33	17.167
Varição cambial	-	-	-	-	-	(11.270)	6.237	-	(5.033)
Ajustes direto ao patrimônio líquido das controladas	1.781	1.317	-	-	-	-	-	-	3.098
Transferência para provisão para perdas com investimentos (i)	-	-	-	-	-	-	-	(6.270)	(6.270)
Dividendos	(6.403)	-	-	-	-	-	-	-	(6.403)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	131.559	345.279	1.801	-	8.361	9.219	26.277	-	522.496
Aumento de capital	523	-	-	-	-	-	-	-	523
Equivalência patrimonial:									
Participação no resultado	12.833	29.274	-	(8.166)	(1.677)	(2.447)	266	(26)	30.057
Varição cambial	-	-	-	-	-	(6.772)	(1.141)	788	(353)
Transferência de investimentos	-	-	-	13.456	(6.684)	-	-	-	6.772
Ajustes direto ao patrimônio líquido das controladas	2.232	(82)	-	-	-	-	-	-	2.150
Transferência para provisão para perdas com investimentos (i)	-	-	-	-	-	-	-	(762)	(762)
Dividendos	(3.048)	(672)	-	-	-	-	-	-	(3.720)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	144.099	373.799	1.801	5.290	-	-	25.402	-	550.391

(i) Constituída uma provisão para perdas sobre participações em empresas com passivo a descoberto, classificadas no Passivo não circulante, "Exigível a longo prazo".

d) Informações sobre investimentos em controladas e controladas em conjunto

	31 de dezembro de 2010			
	% Partici- pação	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Controladas diretas				
BWU Comércio e Entretenimento S.A. (2)	100%	317.753	373.799	29.274
B2W - Companhia Global do Varejo	56,60%	182.491	255.302	22.673
Frejão Administração e Participações Ltda	100%	15.005	5.290	(12.290)
Lojas Americanas da Amazônia S.A.	100%	2.288	(386)	-
Lojas Americanas Home Shopping Ltda.	100%	6.877	1.801	-
Louise Holdings Ltd.	100%	191.783	25.402	(875)
Klanil Services Ltd.	100%	17.258	(15.470)	762
Controlada em conjunto				
FAI Financeira Americana Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (1), (3)	50%	230.192	10.580	(24.580)
Controladas indiretas				
8M Participações Ltda.	56,60%	2.661	2.864	696
Facilita Promotora S.A. (1)	50%	6.141	10.533	1.413
Ingresso.com S.A.	56,60%	6.998	17.040	4.098
Posto Vicom Ltda.	100%	65	171	54
Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda. (3)	28,30%	24.010	10.598	2.338
Submarino Viagens e Turismo Ltda.	47,70%	3.922	11.999	4.465
ST Importações Ltda.	56,60%	4.050	5.458	1.319

(1) Participação direta de 50,00% através da controlada direta Frejão Administração e Participações Ltda.

(2) O patrimônio líquido e o resultado do exercício foram ajustados pelos lucros não realizados em operações com a controladora.

(3) As companhias são controladas em conjunto com outros parceiros.

	31 de dezembro de 2009			
	% Partici- pação	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
BWU Comércio e Entretenimento S.A. (2)	100%	317.753	345.279	24.857
B2W - Companhia Global do Varejo	56,60%	182.491	255.302	22.673
Lojas Americanas da Amazônia S.A.	100%	2.288	(386)	-
Lojas Americanas Home Shopping Ltda.	100%	6.877	1.801	-
Louise Holdings Ltd.	100%	200.416	26.277	(21.260)
Klanil Services Ltd.	100%	18.035	(16.232)	6.270
Controlada em conjunto				
FAI Financeira Americana Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (1) (3)	50%	219.948	35.160	(53.002)
Vitória Participações S.A.	50%	67.700	16.722	(20.357)
Controladas indiretas				
8M Participações Ltda.	56,60%	2.661	2.116	100
Facilita Promotora S.A.	50%	6.141	8.753	2.787
Ingresso.com S.A.	56,60%	6.998	13.131	3.939
Posto Vicom Ltda.	100%	65	171	54
Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda. (3)	28,30%	24.010	8.262	1.952
Submarino Viagens e Turismo Ltda.	47,70%	3.922	7.573	464
ST Importações Ltda.	56,60%	4.050	4.210	1.261

(1) Participação direta de 29,72% e indireta, através da controlada em conjunto Vitória Participações S.A. 20,28%.

(2) O patrimônio líquido e o resultado do exercício foram ajustados pelos lucros não realizados em operações com a controladora.

(3) As companhias são controladas em conjunto com outros parceiros.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Operações com a Financeira Americana Itaú
 O resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 representa principalmente: (i) a receita de serviços (Correspondente Bancário); (ii) apropriação do Direito de Uso de Lavra e (iii) Recuperação de despesas.

Operações com a B2W Companhia Global do Varejo
 O resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009 representam recuperações das seguintes despesas: (i) aluguel da Sede no valor de R\$ 1.494 e R\$ 1.434 respectivamente; (ii) Honorários da Diretoria no montante de R\$ 1.517 e R\$ 1.368 respectivamente e (iii) gastos diversos em 2009 de R\$ 173.

Acordo de cooperação comercial e outras avenças
 Esse acordo prevê que as mercadorias adquiridas para revenda e provenientes da controlada B2W serão adquiridas pelo preço de custo do produto pago pela B2W ao fornecedor e entregue em seus Centros de Distribuição, acrescido dos tributos e outros encargos diretamente incidentes sobre a compra e venda, e de um percentual de 2% sobre o preço de custo do produto, até que a Companhia atinja o volume acumulado de compras de R\$10.000 por ano. Após atingir esse volume, ocorrerá um acréscimo para 3% sobre o preço de custo do produto, permanecendo inalteradas as demais condições.

No exercício de 2010, esta operação atingiu o montante de R\$ 16.354 e em 2009, não houve aquisição significativa de mercadorias junto à controlada B2W. Além disso, em 31 de dezembro de 2010 o valor a pagar proveniente da cooperação era de R\$ 5.932, (não havia saldo a pagar em 31 de dezembro de 2009).

Operação de quiosques
 A Companhia mantém contrato com a controlada B2W, visando desenvolver em conjunto ações de incremento de sinergia de suas operações com a instalação de quiosques da marca Americanas.com nas dependências comerciais da Companhia. Com base nesse contrato, os pagamentos das operações realizadas no site da Americanas.com pelos clientes, podem também ser efetuados nos caixas da Companhia. Os valores provenientes dessas operações são integral e mensalmente repassados à B2W líquidos dos custos incorridos pela Companhia na operação dos quiosques. Dessa forma, o valor a reembolsar decorrente da operação era de R\$17.205 em 31 de dezembro de 2010 (R\$32.777 em 31 de dezembro de 2009), sendo que o montante dos custos operacionais da Companhia ressarcidos pela controlada B2W totalizou R\$2.085 e R\$ 2.030 nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, respectivamente.

Licenciamento do uso da marca Americanas.com e marcas similares
 A controlada firmou contrato de licença para uso de marca com a Companhia, pelo qual é concedida a licença de uso da marca Americanas.com e marcas similares, em caráter exclusivo, para as atividades compreendidas no seu objeto social. Conforme estabelecido no referido contrato, o licenciamento da marca será gratuito enquanto a Companhia detiver participação societária relevante na controlada.

Remuneração dos administradores
 As transações, remunerações e benefícios com os Administradores e principais executivos da Companhia e controladas encontram-se descritas na Nota 31 conforme preconizado pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 (IAS 24).

Debêntures entre empresas controladas
 Em 07 de dezembro de 2010, em reunião do Conselho de Administração da controlada B2W, foi aprovada a primeira emissão privada de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no montante de R\$ 200.000, eliminadas a consolidação da Companhia. As debêntures foram integralmente subscritas pela BWU conforme descrito na Nota 16, b3.

Informações sobre partes relacionadas

	Saldos ativos (passivos)		Receitas (despesas) líquidas	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Controladas diretas				
BWU Comércio e Entretenimento S.A.	-	7.535	-	-
B2W - Companhia Global do Varejo	(25.293)	(29.270)	7.955	22.311
Lojas Americanas da Amazônia S.A.	48	48	-	-
Lojas Americanas Home Shopping Ltda.	(1.679)	(1.679)	-	-
FAI Financeira Americana Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (1)	-	-	23.459	15.973
Controladas indiretas				
Posto Vicom Ltda.	-	290	-	-

(1) Registrados, respectivamente, em "Contas a receber de clientes" no Balanço Patrimonial e como "Despesas com vendas" na Demonstração do Resultado.

12. IMOBILIZADO

	Controladora						
	Instalações e móveis e utensílios	Bens e equipamentos destinados a aluguel	Máquinas e equipamentos de informática	Benefícios em imóveis de terceiros	Veículos	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	96.516	8.157	97.968	211.753	200	4.440	419.034
Aquisições	6.860	22.127	30.876	12.446	1.155	1.619	75.083
Baixas	-	(6.717)	(744)	(1.324)	-	-	(8.785)
Transferências	-	-	-	3.779	-	(3.779)	-
Depreciação/amortização	(13.592)	(16.849)	(25.880)	(33.601)	(350)	-	(90.272)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	89.784	6.718	102.220	193.053	1.005	2.280	395.060
Aquisições	21.610	20.696	26.697	108.904	-	7.872	185.779
Baixas	(25)	(7.601)	(51)	(13)	-	-	(7.699)
Depreciação/amortização	(5.916)	(12.964)	(19.649)	(31.924)	(289)	(156)	(70.898)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	105.453	6.849	109.217	270.020	716	9.996	502.521
Saldos em 31 de dezembro de 2010:							
Custo total	166.395	53.368	232.501	436.149	1.953	10.152	900.518
Depreciação acumulada	(60.942)	(46.519)	(123.284)	(168.129)	(1.237)	(156)	(398.267)
Valor residual	105.453	6.849	109.217	270.020	716	9.996	502.251
Média ponderada das taxas anuais de depreciação - %	4,5%	9 meses	6,7%	contratos.	20%	4%	
Saldos em 31 de dezembro de 2009:							
Custo total	145.376	40.273	205.855	327.258	1.953	2.280	722.995
Depreciação acumulada	(55.592)	(33.555)	(103.635)	(134.205)	(948)	-	(327.935)
Valor residual	89.784	6.718	102.220	193.053	1.005	2.280	395.060

(*) DVDs de aluguel depreciados em no máximo 9 meses.

(**) Calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de aluguel. O prazo médio dos contratos de aluguel é de 10 anos.

	Consolidado						
	Instalações e móveis e utensílios	Bens e equipamentos destinados a aluguel	Máquinas e equipamentos de informática	Benefícios em imóveis de terceiros	Veículos	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	122.399	8.157	134.648	215.689	2.100	17.362	498.515
Aquisições	11.170	27.042	41.819	12.619	1.155	17.532	111.337
Baixas	-	(6.746)	(749)	(1.374)	-	-	(8.819)
Transferências	-	-	17.443	3.379	-	(21.222)	-
Depreciação/amortização	(16.855)	(16.947)	(37.420)	(34.825)	(350)	(36)	(106.433)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	116.714	11.506	155.741	195.934	1.005	13.636	494.536
Aquisições	25.753	27.802	64.919	109.591	-	7.872	235.937
Baixas	(103)	(7.601)	(51)	(13)	-	-	(7.768)
Transferências	(3.911)	-	6.763	(3.540)	-	(312)	-
Depreciação/amortização	(9.472)	(15.366)	(26.175)	(32.196)	(289)	(159)	(64.099)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	128.981	16.141	201.755	269.776	716	21.037	638.406
Saldos em 31 de dezembro de 2010:							
Custo total	211.097	65.160	375.430	444.798	1.953	21.232	1.119.670
Depreciação acumulada	(82.116)	(49.019)	(173.675)	(175.022)	(1.237)	(195)	(481.264)
Valor residual	128.981	16.141	201.755	269.776	716	21.037	638.406
Média ponderada das taxas anuais de depreciação - %	4,5%	9 meses	6,7%	contratos.	20%	4%	

(*) DVDs de aluguel depreciados em no máximo 9 meses.

(**) Calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de aluguel. O prazo médio dos contratos de aluguel é de 10 anos.

	Controladora						
	Instalações e móveis e utensílios	Bens e equipamentos destinados a aluguel	Máquinas e equipamentos de informática	Benefícios em imóveis de terceiros	Veículos	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	122.399	8.157	134.648	215.689	2.100	17.362	498.515
Aquisições	11.170	27.042	41.819	12.619	1.155	17.532	111.337
Baixas	-	(6.746)	(749)	(1.374)	-	-	(8.819)
Transferências	-	-	17.443	3.379	-	(21.222)	-
Depreciação/amortização	(16.855)	(16.947)	(37.420)	(34.825)	(350)	(36)	(106.433)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	116.714	11.506	155.741	195.934	1.005	13.636	494.536
Aquisições	25.753	27.802	64.919	109.591	-	7.872	235.937
Baixas	(103)	(7.601)	(51)	(13)	-	-	(7.768)
Transferências	(3.911)	-	6.763	(3.540)	-	(312)	-
Depreciação/amortização	(9.472)	(15.366)	(26.175)	(32.1			



- Amortização:** As debêntures serão amortizadas anualmente em 3 parcelas consecutivas a partir do 3º ano, a contar da data de emissão, nas seguintes datas: 10 de julho de 2011, 10 de julho de 2012 e 10 de julho de 2013.
- Remuneração:** As debêntures renderão juros remuneratórios, correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida de um spread de 2% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidente sobre o valor nominal unitário de R\$ 10.
- Periodicidade de pagamento da remuneração:** Os valores relativos à remuneração serão pagos semestralmente, sempre no dia 10 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de janeiro de 2009.
- Distribuição e colocação:** As debêntures foram objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de subscrição, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.
- Índices financeiros:** Os índices financeiros calculados com base nas demonstrações financeiras trimestrais consolidadas da Companhia, a partir do 3º trimestre de 2008, devem ser menor ou igual a (i) Divida Líquida Consolidada/EBITDA Adaptado menor ou igual a 2,90x; e, (ii) EBITDA Adaptado/Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 1,5x. Na mensuração desses índices, entendendo-se por (i) "Divida Líquida Consolidada", o somatório de todas as dívidas financeiras consolidadas da Companhia junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como o diferencial a pagar com operações com derivativos menos o somatório das disponibilidades (caixa e títulos e aplicações financeiras) e o diferencial a receber por operações com derivativos; (ii) "EBITDA Adaptado", o somatório do lucro operacional consolidado antes de impostos, contribuições e participações; (b) da depreciação e amortizações ocorridas no mesmo período; (c) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras do mesmo período; e (d) da equivalência patrimonial; sendo todos apurados no período de 12 meses e, sem considerar os eventuais efeitos do cálculo do ajuste a valor presente - AVP (artigo 184 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada pela Lei nº 10.303, de 31 de dezembro de 2001 e pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007); e, (iii) "Resultado Financeiro Líquido Consolidado", as receitas financeiras, menos as despesas financeiras da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 1º de janeiro de 2009, a Companhia atendeu às cláusulas restritivas (índices financeiros) estabelecidas na escritura pública das debêntures.

Limites a Índices financeiros: No caso de descumprimento das cláusulas contratuais, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das debêntures. Após a realização de Assembleia, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes de debêntures, a menos que debenturistas que representem pelo menos 75% das debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado.

Garantia: As debêntures são da espécie com garantia flutuante, com privilégio geral sobre os ativos da Companhia.

b2) Em 14 de julho de 2010, na reunião do Conselho de Administração da controlada, foi aprovada a segunda emissão de debêntures, para distribuição pública no mercado de capitais local, sob o regime de garantia firme de subscrição, com esforços restritos de colocação, ao amparo da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 476, nos termos e condições da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta, (conforme aplicável), a seguir:

Data da emissão	Quantidade emitida	Quantidade colocada no mercado	Valor unitário	Valor da emissão	Encargos financeiros anuais
21/07/2010	100	100	R\$ 1.000	R\$100.000	IPCA + 8,4%

- As debêntures emitidas possuem as seguintes características:
- Convertibilidade:** As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- Tipo e Forma:** As debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cauteias ou certificados.

- Prazo e data de vencimento:** As debêntures têm prazo de vencimento de 4 anos a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para 21 de julho de 2014.
- Amortização do valor nominal unitário:** O valor nominal unitário atualizado (conforme descrito abaixo) das debêntures será pago integralmente na Data de Vencimento.
- Remuneração:** Atualização Monetária: O valor nominal unitário das debêntures está sendo atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE") e em conformidade com a ata de reunião do Conselho de Administração da B2W - Companhia Global do Varejo realizada em 14 de julho de 2010, às 11:00 horas. Sendo o produto da atualização das debêntures automaticamente incorporado ao valor nominal unitário das debêntures. O valor nominal unitário atualizado das debêntures será pago na data de vencimento das debêntures. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente, sempre no dia 21 de julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 21 de julho de 2011, e o último pagamento devido na data de vencimento em 21 de julho de 2014.
- Distribuição e colocação:** As debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de subscrição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas, nem lotes mínimos ou máximos.
- Índices financeiros:** O índice financeiro calculado com base nas informações trimestrais, consolidadas da Companhia, a partir do terceiro trimestre de 2010, deve ser: Divida Líquida Consolidada / EBITDA Adaptado menor ou igual a 2,90x, consideradas as seguintes definições: "Divida Líquida Consolidada" significa o somatório de todas as dívidas financeiras consolidadas da Emissora junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como o diferencial a pagar por operações com derivativos menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) e o diferencial a receber por operações com derivativos. "EBITDA Adaptado" significa o somatório: (a) do lucro operacional consolidado da Emissora antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações; (b) da depreciação e amortizações consolidadas da Emissora ocorridas no mesmo período; (c) das outras receitas (despesas) operacionais consolidadas, ocorridas no mesmo período; (d) das despesas financeiras consolidadas deduzidas das receitas financeiras consolidadas da Emissora do mesmo período; e (e) da equivalência patrimonial; o resultado do somatório dos itens (a), (b), (c), (d) e (e) deste parágrafo será apurado para os últimos 12 (doze) meses e calculado na data do mais recente balanço trimestral da emissora, conforme forma de cálculo de cada um dos índices financeiros. Os índices financeiros deverão ser ignorados os eventuais efeitos do cálculo do ajuste a valor presente - AVP (artigo 184 da Lei das Sociedades por Ações).
- Limites e índices financeiros:** No caso de descumprimento das cláusulas contratuais, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas e declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes de debêntures, a menos que debenturistas representem pelo menos 70% das debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado. Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, a Companhia atendeu às cláusulas restritivas (índices financeiros) estabelecidas na escritura pública das debêntures.
- Garantia:** As debêntures são da espécie com garantia flutuante, com privilégio geral sobre os ativos da Companhia.

Data da emissão	Quantidade emitida	Valor unitário	Valor da emissão	Encargos financeiros anuais
22/12/2010	200	R\$ 1.000	R\$200.000	105% DI

- As debêntures emitidas possuem as seguintes características:
- Subscrição:** As debêntures foram integralmente subscritas pela BWU Comércio Entretenimento S.A., controlada da Lojas Americanas S.A.
- Convertibilidade:** As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- Tipo e Forma:** As debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cauteias ou certificados.

- Prazo e data de vencimento:** As debêntures têm prazo de vencimento de 6 anos a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para 22 de dezembro de 2016.
- Amortização do valor nominal unitário:** O valor nominal unitário atualizado das debêntures será pago integralmente na data de vencimento.
- Remuneração:** As debêntures renderão juros, correspondentes a 111,5% da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, "extra Grupo" ("Taxas DI"), calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (a "Taxa Máxima"), incidentes sobre o valor nominal unitário, a partir da data de emissão ou da última data de pagamento da remuneração, conforme forma de cálculo de cada um dos índices financeiros ("remuneração").
- Periodicidade de pagamento da remuneração:** A remuneração será paga anualmente, sempre no dia 22 de dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 22 de dezembro de 2011 e o último pagamento devido na data de vencimento.
- Índices financeiros:** O índice financeiro calculado com base nas informações trimestrais, consolidadas da Companhia, a partir do quarto trimestre de 2010, deve ser: Divida Líquida Consolidada / EBITDA Adaptado menor ou igual a 2,90x, consideradas as seguintes definições: "Divida Líquida Consolidada" significa o somatório de todas as dívidas financeiras consolidadas da Emissora junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como o diferencial a pagar por operações com derivativos menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) e o diferencial a receber por operações com derivativos. "EBITDA Adaptado" significa o somatório: (a) do lucro operacional consolidado da Emissora antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações; (b) da depreciação e amortizações consolidadas da Emissora ocorridas no mesmo período; (c) das outras receitas (despesas) operacionais consolidadas, ocorridas no mesmo período; (d) das despesas financeiras consolidadas deduzidas das receitas financeiras consolidadas da Emissora do mesmo período; e (e) da equivalência patrimonial; o resultado do somatório dos itens (a), (b), (c), (d) e (e) deste parágrafo será apurado para os últimos 12 (doze) meses e calculado na data do mais recente balanço trimestral da Emissora. Para fins desta definição e da consequente apuração dos Índices Financeiros, deverão ser ignorados os eventuais efeitos do cálculo do ajuste a valor presente - AVP (artigo 184 da Lei das Sociedades por Ações).
- Para os fins do disposto acima, em cada Verificação Trimestral pelo Debenturista, o Índice Financeiro deverá ser calculado com base nas normas contábeis vigentes à época da elaboração das demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 (as "Normas Vigentes em 2009"). Desse modo, a Emissora desde já se compromete, durante toda a vigência das Debêntures, a apresentar ao Debenturista, todas as informações contábeis necessárias para que esses possam calcular o Índice Financeiro com base nas Normas Vigentes em 2009, informações contábeis essas que serão derivadas das demonstrações financeiras da Emissora que, por sua vez, serão auditadas pelos auditores independentes da Companhia à época. A Emissora auxiliará o Debenturista no entendimento das informações contábeis a ele fornecidas para que o Debenturista possa calcular o Índice Financeiro.
- Em 31 de dezembro de 2010, a controlada atendeu às cláusulas restritivas (índices financeiros) estabelecidas na escritura pública de debêntures simples.
- Distribuição e colocação:** A colocação das debêntures será feita na forma privada, sem a intervenção de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários.
- Repactuação:** É permitida a repactuação das Debêntures desde que de comum acordo entre a emissora e o Debenturista.

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31.12.2010	31.12.2009	1.1.2009	31.12.2010	31.12.2009	1.1.2009
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.....	73.693	59.241	57.101	76.347	62.379	79.432
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.....	75.301	21.646	16.018	119.083	60.593	23.180
Programa de Integração Social - PIS.....	7.594	6.485	5.219	7.904	6.625	5.255
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS.....	34.965	29.877	24.545	37.035	31.028	24.839
Debitos tributários parcelados.....	53.102	59.575	67.396	62.633	64.278	77.319
Imposto sobre serviços - ISS.....	11.320	10.898	2.886	10.308	11.981	11.427
Outros.....	255.975	187.722	173.165	333.876	263.668	233.121
Parcela do não circulante.....	(57.016)	(50.831)	(56.254)	(109.243)	(101.732)	(77.504)
Parcela do circulante.....	198.959	136.891	116.911	224.611	161.936	155.617

A Companhia e sua controlada B2W aderiram ao Programa Especial de Parcelamento de Débitos Tributários e Previdenciários para com a União - Novo Refis, instituído pela Lei 11.941/09. Os débitos, representados por tributos fiscais e previdenciários administrados pela Receita Federal do Brasil aguardam a homologação e habilitação e estão provisionados, na controladora, em R\$ 3.135 (R\$ 10.658 no consolidado). A Companhia aguarda a Secretaria da Receita Federal consolidar os débitos inerentes ao seu parcelamento.

A Companhia aderiu aos Programas Especiais de Parcelamento de Débitos Tributários e Previdenciários para com a União, instituído pela Lei 10.637/02 e Lei 10.684/03. Os débitos objetos destes parcelamentos, no montante de R\$ 49.967 referem-se a parcelas de COFINS, Salário Educação e Seguro Acidente de Trabalho - SAT e compensações de créditos não homologadas pela Receita Federal. Os débitos instituídos pela Lei 10.684/03, estão sendo discutidos judicialmente com os órgãos competentes para posterior homologação da adesão ao programa de parcelamento. Estes débitos estão parcelados em até 180 meses.

A controlada BWU está discutindo judicialmente a exigência, por parte de diversas Prefeituras, do ISS - Imposto Sobre Serviços calculados sobre a receita de locação de bens móveis (DVD's).

18. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são passíveis de processos judiciais e administrativos perante tribunais e órgãos competentes em matéria de processos fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas conduzido por departamento jurídico próprio e por advogados externos. Quando requerido

legalmente, são efetuados depósitos judiciais, os quais totalizam R\$ 39.822 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 40.521 e R\$ 39.915 em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009), na controladora, e R\$ 492 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 62.590 e R\$ 55.443 em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009), no consolidado. Estes depósitos não estão vinculados às provisões para contingências constituídas em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Algumas ações judiciais estão garantidas por cartas de fiança.

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	1.1.2009	31.12.2010	31.12.2009	1.1.2009
Fiscais.....	32.635	22.003	14.795	34.587	24.551	14.967
Trabalhistas.....	10.951	11.550	10.784	15.922	16.521	13.950
Cíveis.....	4.789	5.676	2.327	17.599	17.197	6.103
Multas contratuais.....	22.845	20.888	28.226	22.845	20.888	28.226
Outras.....	7.784	7.116	6.488	10.383	9.715	9.177
79.004	67.233	62.620	101.336	88.872	72.423	72.423
Parcela do não circulante (68.072)	(56.731)	(45.042)	(84.533)	(73.572)	(52.336)	(52.336)
Parcela do circulante.....	10.932	10.502	17.578	16.803	15.300	20.087

Os principais processos fiscais da Companhia e suas controladas são como segue:

- Glosa da apropriação de créditos de ICMS Substituição Tributária, realizada nos anos de 1997 e 1998, provenientes da diferença entre o preço de venda efetivo e o presumido pelo estado quando da comercialização de mercadorias, com valor aproximado de R\$ 9.300;
- Multa aplicada em virtude do descumprimento de obrigação acessória decorrente do extravio de Equipamentos Emissores de Cupom Fiscal, nos anos de 2007 e 2008, com valor aproximado de R\$ 7.000;
- Falta do pagamento do ICMS Substituição Tributária nos anos de 2005 a 2007, com valor aproximado de R\$ 2.300.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas também são parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente reclamações de horas extras entre outros.

Cíveis

A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, de natureza cível, que representavam, em 31 de dezembro de 2010, o montante indicado como passivo contingente referente a essas questões.

	Consolidado					
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Multas contratuais	Outras	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009.....	14.795	10.784	2.327	28.226	6.488	62.620
Adições.....	6.300	5.300	4.900	(5.569)	(21)	16.500
Reduções.....	(4.988)	1.024	188	2.681	649	5.948
Atualização monetária.....	1.406	1.024	188	2.681	649	5.948
Saldos em 31 de dezembro de 2009.....	22.003	11.550	5.676	20.888	7.116	67.233
Adições.....	10.350	8.650	1.074	—	—	19.000
Pagamentos/reversão.....	(1.808)	(10.340)	(1.724)	—	—	(13.872)
Atualização monetária.....	2.090	1.091	837	1.957	668	6.643
Saldos em 31 de dezembro de 2010.....	32.635	10.951	4.789	22.845	7.784	79.004

	Consolidado					
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Multas contratuais	Outras	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009.....	14.967	13.950	6.103	28.226	9.177	72.423
Adições.....	8.547	13.376	23.327	—	—	45.250
Reduções.....	(668)	(11.829)	(12.421)	(10.019)	(111)	(35.048)
Atualização monetária.....	1.705	1.024	188	2.681	649	6.247
Saldos em 31 de dezembro de 2009.....	24.551	16.521	17.197	20.888	9.715	88.872
Adições.....	10.350	8.650	1.074	—	—	20.074
Pagamentos/reversão.....	(2.514)	(10.340)	(1.724)	—	—	(14.578)
Atualização monetária.....	2.200	1.091	1.052	1.957	668	6.968
Saldos em 31 de dezembro de 2010.....	34.587	15.922	17.599	22.845	10.383	101.336

b) Passivos contingentes não provisionados

- Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui demandas administrativas e judiciais de natureza fiscal no montante aproximado de R\$ 485.178 (R\$ 398.412 e R\$ 329.728 em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009) controladora e R\$535.427 no consolidado (R\$ 411.639 e R\$ 357.312 em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009), classificadas pelos seus assessores jurídicos como "perdas possíveis" e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída sobre as mesmas. As principais demandas administrativas/judiciais, classificadas como "perdas possíveis" na Controladora, são as seguintes:
 - Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS (data-base: 31.12.2010)**
 - Glosa de crédito tributário originado da recuperação do imposto referente à inconstitucional majoração no percentual de 1% da alíquota do ICMS do estado de São Paulo, entre os anos de 1990 e 1997, assegurando o direito da Companhia ao credimento dos valores indevidamente recolhidos. Valor aproximado de R\$ 23.000;
 - Glosa de crédito tributário originário da diferença entre o ICMS cobrado com base na margem estimada pelo estado e o ICMS que seria devido considerando a margem efetivamente praticada na comercialização de produtos sujeitos ao regime de substituição tributária. Valor aproximado de R\$ 45.000;
 - Glosa, em determinados estabelecimentos da Companhia, de crédito tributário decorrente da atualização monetária dos saldos credores de ICMS, apurados no período de julho de 1992 a junho de 1997. O procedimento foi adotado para todos os estabelecimentos sendo que na maioria dos estados não houve quaisquer questionamentos por parte da Receita Estadual. Temos decisões favoráveis nos Estados onde o procedimento fiscal está sendo questionado. Valor aproximado: R\$ 34.000;
 - Cobrança de ICMS na operação de importação de aeronave, objeto de arrendamento mercantil. Valor aproximado de R\$ 20.000;
 - Glosa de crédito tributário constituído pela Companhia sobre operações realizadas com fornecedores declarados inadôntes pela Secretaria Estadual de Fazenda, em data posterior à operação comercial. Valor aproximado: R\$ 20.000;
 - Contestação realizada em virtude da diferença apontada entre o arquivo magnético e o estoque físico de algumas lojas, escriturado no livro registro de inventário. Valor Aproximado de R\$ 22.000.
 - Questionamento dos valores recolhidos na transferência de mercadorias do Centro de Distribuição do Rio de Janeiro para suas filiais varejistas fora do estado. Divergência decorrente do valor inferior utilizado como base de cálculo na aquisição mais recente. Valor aproximado de R\$ 14.000;
 - Glosa de crédito de ICMS destacado em Nota Fiscal considerada inadôntea pelo fisco, haja vista que as mercadorias adquiridas pelo estabelecimento atuado (depósito), de acordo com a Nota Fiscal, eram destinadas a outros estabelecimentos da titularidade da Companhia. O artigo 177, parágrafo único, Livro II, do RICMS/85 autoriza tal procedimento, desde que o destinatário seja o mesmo. Valor aproximado de R\$ 13.000;
 - Glosa de crédito tributário tomado sobre as operações de entrada, nos Centros de Distribuição (CD's), de bens destinados a uso e consumo das lojas. Quando da transferência dos referidos bens para as lojas, os CD's se debilitaram o ICMS, portanto, não houve prejuízo aos cofres públicos. Valor aproximado de R\$ 13.000;
 - Glosa de crédito tributário originário de devoluções de venda a cliente, pessoa física, devido à falta da identificação do cupom fiscal nas respectivas notas fiscais de entrada. Valor aproximado de R\$ 9.000;
 - Cobrança indevida de diferencial de alíquota de ICMS nos Centros de Distribuição, relativo a operações intrastaduais de entrada de bens destinados a uso e consumo, recebidos pelos Centros de Distribuição para posterior transferência às lojas. O diferencial de alíquota cobrado foi recolhido pelas lojas, destino final dos referidos bens. Valor aproximado de R\$ 4.000;
 - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS**
 - Glosa de compensação de créditos de Finsocial, em pagamento de COFINS. Os créditos de Finsocial têm origem em pagamento a maior do referido tributo. Valor aproximado de R\$ 34.000;
 - Instrução Normativa SRF N.º 86, de 22 de outubro de 2001**
 - Multa pelo atraso na apresentação de documentos e arquivos magnéticos, previstos na IN-SRF nº 86 de 22 de outubro de 2001, referentes aos anos calendarizados de 2002 a 2005, muito embora a Companhia tenha feito a apresentação dos referidos documentos e arquivos magnéticos dentro do prazo estipulado em medida judicial, que concedeu a dilação do prazo estabelecido pela fiscalização. Valor aproximado de R\$ 78.000;

19. ADIANTAMENTO POR CESSÃO DE DIREITO DE LAVRA - MARCA "BLOCKBUSTER"

Em 30 de junho de 2008, Lojas Americanas e sua subsidiária integral BWU, firmaram com a FAI, contrato de Acordo de Cessão de Direito de Lavra, pelo prazo de 20 anos, para exploração da marca BLOCKBUSTER®, com o objetivo de explorar a oferta de produtos financeiros, securitários e previdenciários, destinados a pessoas físicas.

Por conta dessa associação Lojas Americanas e sua subsidiária integral BWU receberam da FAI, o montante de R\$ 30.600 e R\$ 20.400 respectivamente, classificados como Adiantamento por cessão de Direito de Lavra (R\$ 30.600 na controladora e R\$ 25.500 no consolidado), que serão apropriados pelo prazo de vigência do contrato.

A cessão de direito de Lavra teve como objetivo o cumprimento de determinadas metas de performance, que deverão ser atingidas num prazo máximo de 3 anos contados a partir da data do início da operação. Ficou estabelecido, ainda, o pagamento de multas imputáveis à Lojas Americanas, no montante máximo de R\$ 25.500 (R\$ 12.750 no consolidado), caso tais metas não sejam atingidas. Os valores das multas serão calculados em três anos e estarão sujeitos a procedimentos de auditoria, por auditores independentes. Como garantia das multas contratuais pelo não cumprimento das metas, a BWU e Lojas Americanas outorgaram à FAI garantias que correspondem a 120% do valor total das penalidades. Essas garantias correspondem a cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de aplicações financeiras contratadas pela BWU junto à afiliadas do Banco Itai Holding, podendo ser substituídas por fiança bancária, cessão fiduciária dos direitos creditórios detidos por Lojas Americanas contra a REDECARD ou contra FAI e aplicações financeiras contratadas pelas Lojas Americanas junto à afiliadas do Banco Itai Holding. Esses ativos financeiros colocados em garantia são representados por debêntures classificadas na rubrica de títulos e valores mobiliários e são registrados no montante, em 31 de dezembro de 2010, de R\$ 32.834 (R\$ 29.962 e R\$ 27.265 em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009).

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Saldo inicial (01.01.2009).....	29.835	24.863	29.835	24.863
Parcelas apropriadas no resultado:				
• 2009.....	(1.530)	(1.276)	(1.530)	(1.276)
• 2010.....	0%	0%	26.775	22.311
• 2011.....	(1.530)	(1.276)	25.245	21.037
(*) Registrada no Balanço patrimonial como outros circulantes.				



Apresentamos abaixo demonstrativo dos Programas de 2009 e 2007 que encontravam-se em aberto em 31 de dezembro de 2010 oferecidos aos principais executivos da controlada B2W:

	Programa 2009	Programa 2007
Volume global (ON)	1.189.414	1.099.868
Preço de exercício	33,63	45,46
Prazo limite de exercício	6 anos	6 anos
		10/12/2007 e
Data da subscrição	30/07/2010	23/09/2008
Quantidade de ações ofertadas	1.006.861	906.736
Quantidade de ações não exercidas	121.500	207.216
Quantidade de ações canceladas	137.500	658.392
Custo médio ponderado das ações não exercidas	37,39	65,14

O valor justo das ações outorgadas pelo Plano da controlada B2W foi estimado com base no modelo de valorização das opções *Black & Scholes*, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

	Programa 2009	Programa 2007
Taxa livre de risco	10,64%	9,79%
Duração do "Plano" em anos	6	6
Volatilidade anualizada esperada	40,83%	45,3%
Dividend yield	0,23%	1,44%
Valor justo da opção na data de outorga (por ação)	28,85	19,43
Valor de mercado na data da outorga (por ação)	33,63	58,37
Taxa de desistência esperada	50,00%	50,00%

(* A taxa de desistência corresponde ao percentual das opções de ações outorgadas que a Companhia espera que não sejam exercidas, em função do não cumprimento por parte dos participantes das condições estabelecidas no Plano B2W. Esta taxa foi estimada pela Companhia com base em histórico e monitoramento do cumprimento das condições de performance dos participantes do Plano B2W.

Da data de aprovação do Plano da controlada B2W até 31 de dezembro de 2010 foram exercidas:

Período do exercício de opção	Quantidade de ações	Montante em reais	Custo ponderado médio	Valor de mercado	Valor médio na data do exercício das opções
2007	69.952	3.180	45,46	78,10	78,10
2008	141.403	6.799	48,08	56,97	56,97
2010	27.495	925	33,63	28,74	28,74

Os custos de remuneração provenientes do Plano da controlada B2W para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$2.516 (R\$1.783, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009). Os custos de remuneração têm como contrapartida o registro no patrimônio líquido em reserva de capital - reserva de opções outorgadas reconhecidas, uma vez que as opções, quando exercidas, são liquidadas através da emissão de novas ações ou utilização de ações mantidas em tesouraria. O custo de remuneração corresponde ao valor justo do Plano B2W, calculado na data da outorga, registrado durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Os custos de remuneração dos Planos da controlada B2W a serem reconhecidos pela pelo prazo remanescente (período de prestação de serviços a ocorrer) com base nas premissas utilizadas totalizam aproximadamente R\$18.631 em 31 de dezembro de 2010, R\$3.952 e R\$5.735 em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, respectivamente.

Com base na composição acionária do capital social em 31 de dezembro de 2010, o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas da controlada B2W em caso de exercício de todas as opções outorgadas é inferior a 1%.

22. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Receita bruta de vendas e serviços	6.443.963	5.694.485	11.967.244	10.547.528
Impostos sobre vendas e serviços	(957.932)	(956.225)	(1.387.798)	(1.514.865)
Devoluções/Descontos incondicionais	(125.968)	(115.191)	(1.175.430)	(844.371)
Outras	(15.478)	(13.600)	(15.481)	(13.605)
Receita líquida	5.344.585	4.609.469	9.388.535	8.174.687

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Juros e variação monetária sobre títulos e valores mobiliários	48.023	26.565	111.418	93.873
Descontos financeiros obtidos	30.766	21.234	28.188	23.155
Ajuste a valor presente de contas a receber	44.443	45.876	140.346	145.645
Outras receitas financeiras	3.944	3.772	5.363	5.144
Total Receita Financeira	127.176	97.447	285.315	267.817
Juros, variação monetária dos empréstimos e financiamentos e operações de swap	(242.262)	(219.858)	(434.663)	(394.939)
Despesa com antecipação de recebíveis	(7.104)	(28.340)	(96.836)	(140.694)
Variação monetária do passivo fiscal	(10.028)	(11.925)	(10.113)	(14.746)
Despesas bancárias e tributos sobre transações financeiras	(20.527)	(13.223)	(37.249)	(33.403)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(98.681)	(89.584)	(177.757)	(166.372)
Descontos condicionais/concedidos	-	-	(89.303)	(29.780)
Outras despesas financeiras	(25.804)	(22.388)	(45.759)	(20.930)
Total Despesa Financeira	(404.406)	(385.318)	(891.680)	(800.864)
Resultado Financeiro Líquido	(277.230)	(287.871)	(606.365)	(533.047)

24. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Vendas:				
Pessoal	(297.350)	(259.185)	(356.368)	(311.901)
Ocupação	(290.352)	(269.122)	(318.404)	(292.869)
Provisão para devedores duvidosos	(2.801)	(636)	(6.463)	(32.447)
Suprimentos	(20.668)	(17.843)	(33.029)	(31.239)
Tarifas e comissões	(65.062)	(59.242)	(119.021)	(114.553)
Distribuição	(78.517)	(87.500)	(204.143)	(209.496)
Outras	(754.750)	(693.528)	(1.434.750)	(1.353.279)
Administrativas e gerais:				
Pessoal	(26.108)	(24.312)	(58.487)	(51.034)
Ocupação	(1.942)	(2.278)	(2.573)	(3.352)
Serviços Contratados	(7.566)	(7.586)	(7.566)	(7.586)
Outras	(11.209)	(12.653)	(51.009)	(55.899)
Outras	(46.825)	(46.829)	(119.635)	(118.071)
	(33.796)	(33.199)	(124.194)	(115.925)

25. LUCRO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33) as tabelas a seguir reconheciam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada das ações em circulação no período. O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	Período de 12 meses findo em:	
	31.12.2010	31.12.2009
Numerador		
Lucro líquido do exercício	286.559	150.725

A Companhia e suas controladas não possuem contratos a termo, opções, *swaps*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos". A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de disponibilidades.

(b) **Valor justo dos instrumentos financeiros**
Os valores de mercado ("valor justo") estimados em 31 de dezembro de 2010 e 2009 pela Administração foram determinados utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologia usual de apuração: avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro, publicados nos boletins da Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F. Estas estimativas do valor justo apresentadas não são necessariamente indicativas de valores que a Companhia e suas controladas poderiam realizar no mercado. A utilização de diferentes hipóteses ou metodologias de avaliação pode divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento na interpretação das informações de mercado.

Os valores dos principais instrumentos financeiros que refletiriam possível diferença entre o valor contábil e o valor justo são como se segue:

	Controladora		Consolidado		
	Base do registro contábil	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Ativo					
Títulos e valores mobiliários	Valor justo	864.733	864.932	1.852.150	1.853.486
Passivo					
Debêntures	Custo amortizado	382.402	373.725	872.789	837.949
Empréstimos e financiamentos:					
Moeda nacional	Custo amortizado	1.186.988	974.955	2.302.327	2.057.882
Moeda estrangeira	Contabilidade de hedge (i)	380.357	383.365	905.429	950.413
	hedge (j)	33.265	30.257	62.556	17.772
Swaps tradicionais	Valor justo	33.265	30.257	62.556	17.772

(i) Na aplicação das regras da contabilidade de hedge ("hedge accounting"), as dividas são ajustadas pelos efeitos do valor justos dos riscos cobertos.

Em 31 de dezembro de 2009:

	Controladora		Consolidado		
	Base do registro contábil	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Ativo					
Títulos e valores mobiliários	Valor justo	1.137.530	1.137.947	2.069.676	2.067.083
Passivo					
Debêntures	Custo amortizado	378.387	361.830	759.466	731.505
Empréstimos e financiamentos:					
Moeda nacional	Custo amortizado	1.295.719	1.118.657	2.073.729	1.880.912
Moeda estrangeira	Contabilidade de hedge (i)	508.418	507.513	968.354	980.761
	hedge (j)	40.354	41.259	52.342	39.934

(i) Na aplicação das regras da contabilidade de hedge ("hedge accounting"), as dividas são ajustadas pelos efeitos do valor justos dos riscos cobertos.

(a) **Risco de crédito**
Os riscos de crédito são minimizados em virtude dos recebíveis da Companhia e suas controladas serem essencialmente junto às principais operadoras de cartão de crédito que possuem excelentes níveis de classificação de risco. Aproximadamente 56% (42% - Consolidado) das vendas da Companhia são realizadas à vista e o restante através de cartões de crédito administrados por terceiros e pela controlada em conjunto FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento. A Companhia e suas controladas mantêm provisões para crédito de liquidação duvidosa em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

(d) **Risco de taxa de juros**
A Companhia e controladas utilizam de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e o seu crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento e operações, a Companhia e controladas obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do País, substancialmente indexados a variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no CDI (vide quadro de análise de sensibilidade abaixo). A política de aplicações financeiras indexadas em CDI mitiga parcialmente este efeito.

(e) **Risco de taxa de câmbio**
Esses riscos são provenientes das oscilações das taxas de câmbio sobre a carteira de empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia utiliza-se de derivativos tais como *swaps* tradicionais e contratos futuros de dólar com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da Moeda Real (R\$) perante estas captações de recursos em moedas estrangeiras (nas controladas apenas *swaps* tradicionais).

Em 31 de dezembro de 2010, a posição destes instrumentos financeiros derivativos era a seguinte:

* Swaps tradicionais (registrados na conta de empréstimos e financiamentos):

A contraparte destes *swaps* tradicionais é a instituição financeira provedora dos empréstimos em moeda estrangeira (dólares americanos ou lene), geralmente consoante a Resolução nº 2770 do Banco Central do Brasil (BACEN). Estas operações de swap referenciadas em CDI visam anular o risco cambial, transformando o custo da dívida (vide condições na nota explicativa de empréstimos e financiamentos - nota 13) para moeda e taxa de juros locais, variando de 100,0% a 135,0% do CDI (CDI - EXTRAGRUPPO que equivale a Taxa Média das Captações no Mercado Interfinanceiro, divulgada diariamente pela Central de Liquidação e Custódia de Títulos Privados - CETIP). Estes contratos montam em 31 de dezembro de 2010 um valor de referência de R\$ 389.308 na controladora (R\$ 934.945 no consolidado). Em 31 de dezembro de 2009, R\$ 497.500 na controladora (R\$ 958.184 no consolidado). Estas operações estão casadas em termos de valor, prazos e taxas de juros. A Companhia e controladas tem a intenção de liquidar tais contratos sempre simultaneamente com os respectivos empréstimos itens objeto de hedge. Neste tipo de operação não existem cláusulas contratuais de chamada de margem.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Objeto do hedge (dívida)	380.332	493.553	905.404	953.489
Custo amortizado ajustados pelo valor justo dos riscos cobertos	383.340	492.648	953.396	965.896
	3.008	905	47.992	(12.407)
Swaps				
Posição ativa (Dólar ou lene + Pré)	Custo amortizado	(380.332)	(493.553)	(905.404)
	Valor justo	(380.043)	(485.768)	(940.182)
		289	(7.785)	(34.778)
	Custo amortizado	413.597	533.907	968.160
	Valor justo	410.300	527.027	954.946
		(3.297)	6.880	(13.214)
		(3.008)	(905)	(47.992)
				12.407

Ganhos e perdas realizados e não realizados, sobre esses contratos durante o exercício de 2010 foram registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar no valor justo de R\$ 30.257 está registrado na rubrica "empréstimos e financiamentos" (saldo a pagar no valor justo de R\$ 17.772 no consolidado) em 31 de dezembro de 2010. Em 31 de dezembro de 2009, na controladora, saldo a pagar no valor justo de R\$ 41.259 (saldo a pagar no valor justo de R\$ 39.934 no consolidado).

As faixas de vencimentos dos contratos de *swaps* em 31 de dezembro de 2010 encontram-se a seguir:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	Montante total	Saldo	Montante total	Saldo
2011	63.910	1.957	230.026	(26)
2012	42.419	575	255.952	(13.326)
2013	273.714	27.725	357.969	21.718
2015	-	-	96.235	9.406
Total	380.043	30.257	940.182	17.772

* Contratos futuro de Dólar

A Companhia (apenas a Controladora) utiliza para parte da dívida em moeda estrangeira contratos futuros de dólar como instrumento de hedge para eventuais oscilações de câmbio. Estes contratos são negociados na BM&FBOVESPA (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) e tem o mesmo propósito de proteção das operações de swap descritas acima.

Em 31 de dezembro de 2010 a sua posição estava zerada.

Em 31 de dezembro de 2009:

	Dólar de ajuste	
	Quantidade de contratos	Valor unitário
85	US\$ 50	01.02.2010
		1,7562
		1,7562
		7,464
		7,453

Os contratos abertos em 31 de dezembro de 2009 com vencimento em 01 de fevereiro de 2010 foram liquidados a crédito de despesa financeira na BM&FBOVESPA sendo apurado um ganho de R\$ 504 neste vencimento. Este ganho foi compensado com o efeito da valorização cambial sobre as dividas em moeda estrangeira. Até 31 de dezembro de 2010 foi apurado um ganho de R\$ 8 (até 31 de dezembro de 2009 uma perda de R\$ 25.548). Na data de vencimento destes contratos, a Companhia geralmente negocia para próximo vencimento a quantidade de contratos futuros necessária, de forma a manter a proteção da totalidade de sua dívida em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2010, apesar de zerada a sua posição, a Companhia mantém em margem para esta operação o montante de R\$ 16.000, garantida através de aplicações financeiras não restritas em CDB's (R\$ 16.000 em 31 de dezembro de 2009).

Considerando que a exposição da Companhia ao risco de oscilações nas taxas de câmbio é mitigada pelas operações de *swaps* tradicionais e contratos futuros de dólar, contratados para proteção cambial, e portanto, simultaneamente com os respectivos empréstimos em moeda estrangeira, a valorização do Real até 31 de dezembro de 2010, em decorrência da atual condição de mercado, não produziu ou produzirá efeitos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia. No caso de uma possível desvalorização do Real, os efeitos seriam similares, ou seja, não relevantes (vide quadro de análise de sensibilidade abaixo).

O resultado com essas operações de proteção gerou uma perda (variação entre as taxas de câmbio e variação das taxas do CDI) até 31 de dezembro de 2010 no montante de R\$ 38.277 (perda de R\$ 189.371 até 31 de dezembro de 2009) na controladora e R\$ 113.061 (perda de R\$ 442.795 até 31 de dezembro de 2009) no consolidado, registrado contabilmente no resultado financeiro. A variação cambial sobre os empréstimos indexados em moeda estrangeira (sob proteção destes derivativos) contabilizada a crédito de despesa financeira até 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 6.153 (R\$ 169.659 contabilizada a crédito de despesa financeira até 31 de dezembro de 2009) na controladora e R\$ 42.451 (R\$ 366.356 contabilizada a crédito de despesa financeira até 31 de dezembro de 2009) no consolidado.

(f) **Análise de sensibilidade das operações de Swaps**
As operações de *swaps* registradas pela Companhia e controladas foram contratadas simultaneamente às operações de empréstimo em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, trocando exposição cambial dos empréstimos pela exposição ao CDI.

Em 31 de dezembro de 2010, a dívida bruta da Companhia (controladora) em moeda estrangeira era de R\$ 383.365, sendo R\$ 336.011 em Dólares Norte Americanos e R\$ 47.354 em lene. No consolidado a dívida bruta era de R\$ 950.413, sendo R\$ 903.059 em Dólares Norte Americanos e R\$ 47.354 em lene.

A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base em 11 de fevereiro de 2011, indicavam uma taxa de câmbio para o final do exercício de 2011 (cenário provável) de 1,7200 R\$/US\$ e 0,021162 R\$/lene, ante uma taxa de 1,6662 R\$/US\$ e 0,020500 R\$/lene verificada em 31 de dezembro de 2010.

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50% respectivamente, acima da expectativa provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Operação	Risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Dólar					
Taxa de câmbio em 31.12.2010					

LOJAS AMERICANAS

LOJAS AMERICANAS S.A. • CNPJ: 33.014.556/0001-96 • NIRE: 3330002817-0



O Fundo foi denominado FÊNIX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DO VAREJO constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução do CMN n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, pela Instrução CVM n.º 356/01. O Regulamento do fundo está disponível no site www.cvm.gov.br.

b) Alteração do acordo da Associação com o Itaú Unibanco Holding S.A.

De acordo com comunicado ao mercado, realizado em 14.03.2011, a Companhia e o Itaú Unibanco Hol-

ding S.A. ("Itaú Unibanco") formalizaram a readequação da associação ocorrida em 2005, que resultou na constituição da FAI para a oferta, distribuição e comercialização, com exclusividade, de produtos ou serviços financeiros do Itaú Unibanco ou suas afiliadas, nos canais de distribuição da Companhia. A readequação da associação teve como fundamento a nova realidade do mercado de crédito brasileiro. De forma a padronizar e unificar as condições, todos os acordos relativos à associação foram consolidados em um único contrato com vencimento em 2026. Pelo novo contrato a Companhia rece-

berá do Itaú Unibanco aproximadamente R\$ 10 milhões. Além disso, por um período de 5 anos, o Itaú Unibanco poderá pagar compensações adicionais à Companhia na forma de pagamentos trimestrais se não atingidas condições de rentabilidade mínima da FAI. Com isso, o Itaú Unibanco e a Companhia reforçam assim seu comprometimento com o sucesso da FAI, que representa elemento importante para a estratégia das companhias em seus respectivos segmentos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

DIRETOR EXECUTIVO DE CONTROLADORIA

Carlos Eduardo R. Padilha
CRC/RJ 090.727/O-7

CONTADOR

Rodrigo Cardozo Martins
CRC/RJ 081.833/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da LOJAS AMERICANAS S.A., em cumprimento às disposições legais, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando, ainda, o parecer expedido por ERNST & YOUNG TERCO - AUDITORES INDEPENDENTES S.S., datado de 16 de março de 2011, emite o presente Parecer, nos termos das discussões havidas em reunião do Conselho Fiscal realizada nesta data, a fim de opinar favoravelmente à aprovação pelos acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral Ordinária, (i) do relatório da administração, das demonstrações financeiras bem como da proposta de destinação de lucro líquido (que compreende a destinação de recursos para reserva legal,

dividendos e juros sobre capital próprio, aumento de capital e retenção de saldo), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, e (ii) ao orçamento de capital proposto pela administração da Companhia para o exercício social de 2011.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2011.
EDUARDO FELIPE DA SILVA SOARES
Presidente

PEDRO CARVALHO DE MELLO

RICARDO SCALZO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da
Lojas Americanas S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lojas Americanas S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lojas Americanas S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada das Lojas Americanas S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso das Lojas Americanas S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 06 de março de 2009 que não conteve qualquer modificação. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, durante o ano de 2009 foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas alterações foram adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Na primeira adoção destas práticas contábeis, os balanços patrimoniais de 1º de janeiro de 2009 foram ajustados para incluir as mudanças das práticas contábeis adotadas no Brasil com vigência para 2010. Como parte de nossa auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, auditamos também os ajustes descritos na nota explicativa 4 que foram efetuados para alterar os balanços patrimoniais relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (1º de janeiro de 2009). Esses ajustes foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 08 de março de 2010, que não conteve nenhuma modificação. As normas de auditoria anteriormente vigentes permitiam divisão de responsabilidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controlada em conjunto FAI – Financeira Americanas Itaú S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes. Nossa opinião, no que diz respeito aos valores do investimento, do resultado de equivalência patrimonial, dos ativos e passivos, das receitas líquidas de vendas e do resultado líquido do exercício, e aos valores e demais informações incluídos nas notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, oriundos dessa controlada em conjunto, está baseado exclusivamente no parecer daqueles auditores independentes.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2011

ERNST & YOUNG TERCO

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Fernando Alberto S. de Magalhães
Contador CRC - 1SP 133.169/O-0 - S - RJ